



Índice

- 01** Questão indígena: Deputado alerta para batalha campal entre desapropriados e exército no Maranhão
- 02** Sob gritos de 'fora assassinos', indígenas acompanham instalação de comissão
- 03** SC – Comunidade Kaingang sofre despejo
- 04** Usinas no rio Tapajós: desconstruindo mentiras do governo – Parte I
- 05** Encontro resgata história e cultura dos índios xetás no Paraná
- 06** MPF visita comunidades indígenas do Acre para verificar problemas nas aldeias
- 07** Indígenas pedem que AGU não recorra de decisão que suspendeu licitação da UHE São Manoel
- 08** MMA passa a se envolver com a questão indígena
- 09** Polícia apreende placa do caminhão que atropelou e matou indígena
- 10** Fundo Estadual de Terras Indígenas será regulamentado para indenizar produtores
- 11** Em Brasília, fazendeiros cobrarão o fim das invasões indígenas
- 12** Ruralistas instalam comissão da PEC 215 sob gritos de "Assassinos! Assassinos!"; UDN ressuscita no Congresso
- 13** Violência e estupidez dos ruralistas
- 14** MPF/AP recomenda que Comunidade do Cunani seja ouvida sobre regularização de



suas terras

- 15** Sistema de Cadastro Ambiental deve atingir 50 mil facilitadores
- 16** MG – Parque das sempre-vivas: expropriação territorial e violação de direitos de quilombolas e comunidades tradicionais
- 17** Câmara vai retomar tramitação da PEC sobre demarcação de terras indígenas
- 18** Indígenas cobram pedágio em ato por mais saúde
- 19** Indígenas disputam vagas para ingresso nas universidades
- 20** Ministro da Justiça pede mais prazo para resolver questões indígenas no sul
- 21** Índios e produtores se preparam para duelo em Brasília
- 22** Indígenas Munduruku ocupam sede da AGU em Brasília (DF)
- 23** Mandetta prevê acirramento dos ânimos no campo e defende novo pacto indígena
- 24** Casa de saúde indígena em MS sofre com falta de infraestrutura
- 25** CNA lança site sobre origem e conflitos de terras indígenas
- 26** Governo é contra a PEC da demarcação de terras indígenas
- 27** Constituição não é clara sobre demarcação de terras indígenas, diz deputado
- 28** Justiça suspende leilão de hidrelétrica marcado para sexta-feira
- 29** Senar/MS e Pronatec estimam aumento de cursos em 300%
- 30** Comunidades quilombolas são beneficiadas com cursos
- 31** Escola quilombola tem merenda boa
- 32** Setur e IABS realizam oficinas em municípios ribeirinhos



Questão indígena: Deputado alerta para batalha campal entre desapropriados e exército no Maranhão

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 10.12.2013

O Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o advogado geral da União, Luis Inácio Adams, e o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, estiveram reunidos nesta terça-feira (10) com uma comissão de deputados engajados no tema demarcações indígenas e suas irregularidades que tem acontecido em todo o país.

Nessa ocasião, o deputado Weverton denunciou mais uma vez a ação de desintrusão programada para o próximo dia 20 de dezembro, aproveitando-se do período de recesso parlamentar onde os holofotes estarão direcionados para outras direções.

“O que veremos daqui a dez dias, será uma batalha campal. Enquanto todos estão se organizando para o natal, o Brasil estará criando mais sete mil cidadãos sem terra. A ação vai acontecer sem terem sido realizadas as etapas de levantamento, avaliação e indenização das famílias que vivem legalmente na região, que constavam no decreto”, destacou o parlamentar maranhense.

O deputado aproveitou a presença do Ministro Luis Inácio Adams (AGU) e do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, para pedir que eles intercedam na situação, e realizem uma suspensão imediata da ação de desintrusão até a volta dos trabalhos parlamentares.

A região da Awá Guajá, instalada entre os municípios de São João do Caru, Newton Belo, Centro Novo e Zé Doca, passa pelo risco iminente de retirada de cerca de sete mil pequenos produtores e agricultores familiares, para que sejam protegidos 33 índios nômades da etnia awá vindo do Pará. Mesmo com a garantia do Ministro que haveria diálogo, todos os sinais para que aconteça a ação truculenta de desintrusão já foram dados.

Inicialmente, a falta de transparência do Ministério na publicização do Plano de Deseintrusão, parado no setor responsável da Funai desde 1º de outubro, logo depois o exército solicitou as instalações de uma escola pública, ação confirmada a seguir pela assessoria parlamentar do órgão. Em um segundo momento, a Funai publicou o edital de compra de terras em Pindaré e Gurupi para assentamento de quem tem perfil para ser acolhido no programa de reforma agrária.

Na reunião o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, mais uma vez anunciou a criação de uma portaria para evitar que novos casos de conflitos de terra aconteçam, entre os tópicos ele destacou a criação de um Programa de Compensação Indenizatória para que sejam realizados as retiradas das áreas indígenas dos pequenos produtores e agricultores familiares.

Os deputado presentes salientaram a importância da discussão da PEC 215 que traz para o âmbito do Congresso Nacional as discussões sobre as demarcações indígenas, tirando única e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

exclusivamente as decisões arbitrárias da Funai. O deputado Nilson Leitão foi categórico em sua fala: "Apenas 1% das comunidades indígenas querem terras, o que eles realmente precisam são políticas públicas, como: saúde, educação, cultura. Função que a Funai abandonou para cuidar única e exclusivamente de questões territoriais." A discussão da PEC 215 irá para ao Colégio de Líderes, a fim de ser discutida e votada no Plenário.

Fonte: Ascom dep. Weverton



Sob gritos de 'fora assassinos', indígenas acompanham instalação de comissão
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 10.12.2013

Cerca de 30 índios da tribo Munduruku acompanharam a instalação da comissão especial que irá analisar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que transfere do Executivo para o Legislativo a atribuição para demarcação de terras indígenas.

Nesta quarta-feira (11), a comissão elegerá seu presidente e vice. O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) conduziu a sessão desta terça-feira (10). O relator da proposta será indicado pelo presidente. A eleição foi adiada porque o PT ainda não indicou os seus membros para o colegiado.

Câmara retoma discussão sobre repassar demarcação de terras indígenas ao Congresso

Ao final da reunião, os parlamentares deixaram o plenário aos gritos de "fora assassinos", entoado pelos índios. Não houve confronto entre os dois grupos. No entanto, enquanto Marquezelli concedia uma entrevista, do lado de fora da comissão, o grupo indígena interrompeu a fala do deputado. "O governo só tem dinheiro para construir barragens", gritaram alguns.

A criação da comissão é uma reivindicação da Frente Parlamentar da Agropecuária. A discussão da matéria foi suspensa depois que povos indígenas fizeram uma série de protestos em Brasília contra a proposta. O tema foi retomado depois que a bancada cobrou uma solução do governo para os conflitos entre indígenas e produtores que se espalharam pelo país.

A decisão de rediscutir a PEC foi comunicada hoje aos ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advogado-Geral da União) e ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, durante reunião na presidência da Câmara.

Cardozo voltou a apontar que o governo é contra a mudança sugerida pela PEC. "Somos, reitero, inteiramente contra essa proposta, que não ajuda em nada, só acirra os ânimos nas situações que temos em todo o país", afirmou. "Se um dos lados tentar impor sua posição ao outro, o conflito só acirra e não resolve nada", completou. O grupo indígena prometeu voltar na quarta.

SC – Comunidade Kaingang sofre despejo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.12.2013



Cimi Regional Sul

No último dia 26 de novembro a comunidade Kaingang, localizada no município de Fraiburgo – SC, sofreu sua segunda reintegração de posse. A primeira foi em março 2011. Duplamente violentada, primeiro pela omissão total do executivo federal – FUNAI e Ministério da Justiça em proceder a identificação da terra, e segundo pela violência do judiciário, que ao invés de punir quem se omite em cumprir a lei, prefere violentar os mais fracos. O Cimi Sul, solidário aos Kaingang de Fraiburgo, por conhecer sua história e seu contexto de espoliação, vem a público demonstrar seu repúdio por mais essa violência contra a referida comunidade indígena.

A Comunidade Indígena Kaingang regressou às suas terras de origem em 2009 e já foi objeto de duas ações de reintegração de posse.

Essa situação de violência contra os indígenas ocorre pela omissão do Estado brasileiro em cumprir a Constituição Federal de 1988 que determina a demarcação de todas as terras indígenas. As promessas da FUNAI de constituição de Grupo Técnico para proceder a identificação e delimitação da referida terra, conforme determina o Decreto 1775/96, não foram cumpridas. O MPF em Caçador ingressou com uma ACP exigindo que a Funai procedesse a identificação, mas o órgão indigenista elaborou apenas o relatório prévio, onde constatou a necessidade de proceder a identificação e delimitação, mas não cumpriu até o momento.

As terras reivindicadas pelos Kaingang estão em poder da Renar Maças S/A e Sulina

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

Embalagens Ltda. Estas empresas entraram com uma ação de reintegração de posse. O juiz federal Lucas Pieczarcka Guedes Pinto concedeu um prazo de 180 dias para que a FUNAI iniciasse um processo de identificação e delimitação da área. Mesmo com um prazo mais extenso do que é comum, a Funai não iniciou nenhum procedimento. Diante desse quadro, o juiz determinou a reintegração de posse em favor das empresas, e pela segunda vez os indígenas foram obrigados a sair da sua terra de origem.

Duplamente penalizada, essa é a indignação da comunidade Kaingang. O Cacique João Eufrásio reclama que ao invés da Justiça Federal de Caçador punir a Funai pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos, simplesmente emitiu liminar de reintegração de posse forçada pela Justiça Federal a desocupar as terras de seus ancestrais, onde estão enterrados seus mortos.

"Quem deveria ser punido é o Estado Brasileiro que não cumpre suas obrigações constitucionais e não nós", manifesta-se o cacique. Eufrásio relatou também que nas "audiências conciliatórias" foi pedido para que o grupo "regressasse às suas terras de origem", porém manifestou-se perante o juiz que "Fraiburgo é nossa terra de origem", e, segundo sua memória, "é justamente ali onde queremos ficar, por isso a originalidade da ocupação não está no exílio, mas nas terras dos antepassados".

Florianópolis, 10 de dezembro de 2013

Dia Internacional dos Direitos Humanos

Usinas no rio Tapajós: desconstruindo mentiras do governo – Parte I
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.12.2013



Por Telma Monteiro

Sem palavras para expressar a insanidade contida nos trechos da matéria da Carta Capital/Jornal CGN sobre as usinas planejadas para o rio Tapajós. Mas vou fazer um esforço e usar um vocabulário educado para desconstruir essas asneiras ditas pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Ministério das Minas e Energia (MME), Altino Ventura Filho.

1. Errado. Altino Ventura precisa se informar melhor sobre quem são os moradores da região onde pretendem fazer a tais usinas plataforma. Ele diz que ela não é habitada. Indígenas em suas terras, comunidades tradicionais como a de Montanha e Mangabal e Pimental, nas margens do rio Tapajós, não são habitantes ou gente segundo o critério dele?
2. Errado. Os conflitos já começaram na região. E ainda nem iniciaram os trabalhos de preparo das obras para construção das malditas usinas chamadas de plataformas.
3. Errado. As implicações ambientais já começaram. Basta lembrar que em abril deste ano de 2013 a dona Dilma Rousseff assinou uma MP para alterar os limites das Unidades de Conservação para “facilitar” a licença ambiental das usinas do Tapajós. Já começou o desmatamento por conta da ocupação e aumento de pessoas que estão indo em busca de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

oportunidades que esses empreendimentos fingem propiciar. A população das comunidades já está reportando a presença de estranhos como madeireiros, garimpeiros, posseiros.

Vou parar por aqui, essa primeira parte. Justiça já!



Encontro resgata história e cultura dos índios xetás no Paraná

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 10.12.2013

Representantes da etnia indígena xetá estiveram reunidos nessa terça-feira (10) em Curitiba, para o Encontro xetá – Jané Reko Paranhá (O contar da nossa existência). Até quinta-feira (12) serão feitas palestras, oficinas e debates sobre a história, cultura e o acesso às políticas públicas que garantam justiça e cidadania para o povo xetá.

O evento é organizado pelas secretarias de Estado da Educação, Justiça e Cidadania e Direitos Humanos, Cultura, Assuntos Fundiários, Ministério Público do Paraná, Ministério Público Federal, Fundação Nacional dos Índios (Funai) e Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Os temas debatidos envolvem educação, saúde e a demarcação de terras indígenas no estado. "Esse é um processo de recuperação da identidade étnica e cultural dessa comunidade que estava esquecida", explicou José Antonio Gediel, diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria da Justiça.

De acordo com Gediel, o encontro serve para que os índios xetás apresentem suas necessidades e anseios que possam contribuir para o resgate da sua cultura e identidade. "A cidadania é um direito que tem que ser recuperada e garantida para todos os paranaenses para alcançarmos um patamar que contemple as variadas culturas presentes em nosso estado", disse.

Uma das pautas do encontro será o resgate da língua xetá para a construção de um planejamento educacional direcionado à etnia. "Nossa preocupação é oferecer uma educação de qualidade para todas as comunidades indígenas no Paraná", lembrou Marli Peron, diretora do Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação.

O aluno Lucas Henrique da Silva, 13 anos, do Colégio Estadual Indígena Cacique Kofej, em São Jerônimo da Serra, Norte Pioneiro, aprovou a iniciativa. "Eu acho interessante esse tipo de diálogo porque garante ao nosso povo educação e a nossa terra, que é o que mais queremos", disse.

No Paraná, cerca de 4.500 alunos das etnias guarani, caingangue e xetá estão matriculados em 37 escolas distribuídas em 26 municípios. A rede estadual de educação conta com 111 professores indígenas atuando em suas comunidades. As escolas também receberam da secretaria da Educação materiais didáticos na língua materna de cada comunidade.

Desde 2011, o Governo do Paraná entregou 11 novas escolas indígenas. Outras duas estão em fase de conclusão em Paranaguá, no litoral, e em Inácio Martins, na região Centro Sul do Estado.

Todas as escolas indígenas no Paraná recebem semanalmente produtos frescos para a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

merenda escolar oriundos da agricultura familiar. Com mais variedade, escolas mantêm viva a culinária de suas comunidades através de pratos típicos que são preparados pelas merendeiras que também são indígenas.

REPRESENTANTES - Durante os dias 5 e 6 de dezembro foram escolhidos os dois representantes indígenas que vão participar do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. A lei 17.425/2012, sancionada pelo governador Beto Richa, constitui no trabalho conjunto intersecretarial e outros órgãos do estado garantindo o acesso às políticas públicas a essas comunidades.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: <http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br

MPF visita comunidades indígenas do Acre para verificar problemas nas aldeias
SÍTIO O RIO BRANCO.NET, 10.12.2013

As visitas realizadas pelo procurador da República Pedro Henrique Kenne já ocorreram na Terra Indígena São Paulino



O MPF já pôde constatar avanços e deficiências nos quesitos verificados,

O Ministério Público Federal esteve nas duas últimas semanas em comunidades indígenas no interior do Acre e Amazonas, com vistas a verificar as condições de vida das comunidades, especialmente no que se refere à saúde, saneamento básico e educação escolar. Tais vistoriais também permitem importante e diferenciado contato com o público destinatário do trabalho do MPF.

As visitas realizadas pelo procurador da República Pedro Henrique Kenne já ocorreram na Terra Indígena São Paulino, no município de Boca do Acre/AM, e na Terra Indígena Caeté, a 5 horas de barco da cidade de Sena Madureira.

Segundo o procurador, as visitas servirão, ainda, para verificar, na localidade, o cumprimento de acordos e termos de compromisso firmados com vários órgãos, tanto em reuniões quanto em audiências públicas que têm ocorrido nos últimos anos.

Especificamente nas aldeias da etnia jaminawa localizadas no Rio Caeté, o MPF já pôde constatar avanços e deficiências nos quesitos verificados, e buscará informações dos órgãos responsáveis sobre a regularização de alguns itens. Outras visitas e vistoriais ocorrerão em locais alternados durante todo o ano de 2014.



Indígenas pedem que AGU não recorra de decisão que suspendeu licitação da UHE São Manoel

SÍTIO CANAL ENERGIA, 10.12.2013

Índios Munduruku ocuparam sede da AGU em Brasília. Eles ainda pedem revogação da portaria 303 e demarcação de terras

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

Cerca de 50 índios Munduruku de aldeias do Alto e Médio Tapajós, no Pará, ocuparam na tarde desta terça-feira, 10 de dezembro, a sede da Advocacia-Geral da União. Os indígenas pedem ao ministro Luiz Inácio Adams a revogação da portaria 303, a demarcação da Terra Indígena Munduruku e que a AGU não recorra da decisão do juiz Illan Presser, da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, que suspendeu o leilão da UHE São Manoel, no rio Teles Pires. Segundo a AGU, os manifestantes já deixaram o local.

Os indígenas alegam que se a usina for construída, aldeias e locais sagrados dos povos Kayabi e parte das aldeias Munduruku serão inundados e deixarão de existir, o que promoverá diásporas e consequências insondáveis para a continuidade da vida destes povos. Durante a ocupação, uma comissão de Munduruku tentará uma audiência com o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o desembargador Mário Cesar Ribeiro, para tentar sensibilizá-lo para que mantenha a decisão do juiz Presser pela suspensão do leilão, marcado para o dia 13 de dezembro.

Durante a ocupação, os indígenas ainda distribuíram uma carta contra a usina de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. "A Portaria 303 é ruim porque permite a construção de usinas em nossos rios sem consulta ao povo e também dificulta a demarcação das terras tradicionais, que no Médio Tapajós ainda não aconteceu", explica Josias Manhuary Munduruku. A liderança ainda frisa que a AGU é quem briga na Justiça para que os processos que envolvem a construção de UHEs, PCHs e barragens sejam executados. "A AGU é inimigo nosso. Não faz nada de bom", declara.



MMA passa a se envolver com a questão indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.12.2013

Com apoio da Funai e ICMBio, Ministério do Meio Ambiente promove cursos de formação continuada e faz investimentos diretos

Nesta terça-feira (10), comemora-se o Dia Internacional dos Povos Indígenas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem se envolvendo diretamente na agenda indígena, e, a partir deste ano, na execução da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto 7.747, em 5 de junho de 2012.

Como parte da estratégia de implantação da PNGATI, o MMA, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros parceiros, promove cursos de formação continuada sobre a política, além de fazer investimentos diretos em projetos.

Vida Longa

“Nosso objetivo é enraizar a PNGATI, de modo a viabilizar que a mesma tenha vida longa”, explica Jânio Coutinho, analista ambiental do Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do MMA. Em parceria com a Funai, o MMA está mapeando parcerias com Universidades Federais e Institutos Técnicos Federais que já têm iniciativas e projetos de extensão com terras indígenas. “A nossa intenção é constituir uma rede de atores governamentais com capilaridade nacional que possa ser base de apoio para a execução de novas iniciativas da PNGATI nos próximos anos”, acrescenta.

Em novembro, após o curso de formação continuada em PNGATI no bioma Mata Atlântica do Sul e Sudeste, os indígenas reuniram-se para escrever uma carta de agradecimento ao MMA e outros órgãos. Leia a carta aqui.

Conceitos básicos

Ao longo de 40 horas de atividades, os participantes puderam discutir tópicos como a relação histórica entre os povos indígenas e o estado nacional nas regiões Sul e Sudeste, alguns conceitos básicos para entendimento da temática da gestão ambiental e territorial de terras indígenas, o contexto de surgimento e o histórico da PNGATI, além de explorar o objetivo geral, as diretrizes e os eixos que estruturam a política.

Os cursos são parte da gestão estratégica da PNGATI e têm a duração de um ano. Contam com uma oficina de mobilização, onde gestores indígenas e não-indígenas (servidores da Funai, MMA, ICMBio e de órgãos de governos estaduais) elaboram o conteúdo programático, a estrutura do curso e definem os instrutores. Quatro cursos já começaram: três no bioma



Amazônia e um na Mata Atlântica. Em 2014, devem iniciar os cursos nos biomas Caatinga e Cerrado.

Recursos

Na próxima reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), nesta quinta-feira (12), o MMA e a Funai apresentarão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pelos recursos do Fundo Amazônia, proposta de apoio à implantação da PNGATI. Com esse edital, espera-se contemplar terras indígenas que, reunidas, correspondem a mais de um milhão de hectares.

Em 2014, com recursos do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (Fundo Clima), será apoiada a elaboração de planos de gestão em terras indígenas dos biomas Caatinga e Cerrado. O orçamento disponível em 2013 no MMA para a PNGATI foi todo executado. Segundo Jânio Coutinho, o MMA pretende apoiar projetos de maior escala e, por meio da articulação com outros órgãos, daqui a três anos terá aplicado 150% mais recursos do que Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) e a Carteira Indígena (cooperação internacional com o PNUD), juntos, aplicaram em 10 anos. A partir de 2014, a SEDR/MMA vai passar a ser um órgão mais de formulação e articulação de políticas do que de execução de pequenos projetos.

Os projetos anteriores constituíram uma base de dados, com experiências e informações que justificaram e fundamentaram a instituição da política pública. Esses projetos serviram para fazer o PNGATI "ir para o papel". Com o Decreto 7.747/2012 e a Portaria Interministerial que instituiu o Comitê Gestor, a PNGATI começou a existir. "O desafio agora é fazer acontecer", conclui Coutinho.

Saiba mais

O PNGATI foi instituído pelo Decreto nº 7.747/2012 com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando a sua autonomia sociocultural.

O tema indígena avançou em importância nos últimos anos. Em 2008, a ONU lançou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. No artigo 8 da Declaração, lê-se: "Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a prevenção e a reparação de: a) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência privar os povos e as pessoas indígenas de sua integridade como povos distintos, ou de seus valores culturais ou de sua identidade étnica; b) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência subtrair-lhes suas terras, territórios ou recursos. (...)".

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



Polícia apreende placa do caminhão que atropelou e matou indígena

SÍTIO MEDIUMAX, 10.12.2013

A polícia apreendeu a placa do caminhão que atropelou o indígena Jekinson Ramires Duarte, de 18 anos, ontem por volta das 11h. O acidente aconteceu entre as rodovias MS-156 e a Avenida Guaicurus, fundos do Residencial Monte Carlo em Dourados – a 225 km de Campo Grande.

O rapaz voltava do açougue para casa em uma bicicleta, quando foi atingido pelo veículo cujo condutor deixou o local, deixando para trás a placa que caiu durante o baque. A polícia agora deve intimar o proprietário do caminhão, a fim de depor sobre o caso.

Jekinson havia saído de casa na Aldeia Bororó, ontem por volta das 10h, para comprar carne para o almoço e acabou morrendo. Ele foi atingido e arremessado para fora da pista e caiu numa ribanceira.

Populares acionaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Socorristas das equipes Bravo e Alfa prestaram atendimento emergencial e encaminharam a vítima para hospital de Dourados, onde ele morreu por volta do meio-dia e meia.



Fundo Estadual de Terras Indígenas será regulamentado para indenizar produtores
SÍTIO NOTICIDADE, 10.12.2013

Um projeto de lei deve regulamentar em breve o Fundo Estadual de Terras Indígenas, intermediador entre os recursos da União e os fazendeiros que possuem áreas envolvidas em conflitos indígenas e que serão restituídos.

Durante agenda pública nesta terça-feira (10), o Governador André Puccinelli afirmou que a regulamentação tem objetivo de transpor possíveis barreiras impostas pelo Governo Federal.

“Não queremos que depois de todo esse tempo a União apresente obstáculos para compra dessas terras. Nós estamos nos prevenindo”, afirma.

Ainda conforme Puccinelli, um grupo do Governo Estadual está em Brasília hoje onde discute com representantes do Governo Federal os detalhes do fundo.

A ideia do Governo do Estado é que os valores da União correspondente as indenizações dos fazendeiros sejam depositados no fundo e que posteriormente serão repassados para os ruralistas.

Em Brasília, fazendeiros cobrarão o fim das invasões indígenas

SÍTIO JLNEWS, 10.12.2013



A quarta-feira (11) promete ser agitada em Brasília (DF), diversos produtores rurais de estados incluídos nos estudos de demarcação de terras da Fundação Nacional do Índio (Funai) participarão da mobilização que cobrará do Governo Federal, especialmente do Ministério da Justiça, uma solução definitiva para o fim das invasões indígenas e a paz no campo.

O encontro, que deverá contar com uma comitiva de 50 a 100 produtores rurais vindos de Mato Grosso do Sul, acontecerá às 09 horas (DF) no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. A mobilização é organizada pela

Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O movimento tem objetivo de expressar a insatisfação com a morosidade do Governo Federal nas decisões referentes às demarcações de terras e de pedir a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Congresso Nacional a competência para aprovação de demarcação das terras indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas.

A publicação da Portaria 303, estabelecida na demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol (RR), julgada no mês de outubro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), também está entre as reivindicações dos produtores rurais que participarão do movimento nesta quarta-feira. De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), 68 sindicatos rurais de Mato Grosso do Sul estarão presentes no evento.

**Ruralistas instalam comissão da PEC 215 sob gritos de "Assassinos! Assassinos!";
UDN ressuscita no Congresso**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.12.2013



Por Renato Santana, de Brasília (DF), no Cimi

Sob gritos de "Assassinos! Assassinos!", deputados ruralistas instalaram na noite desta terça, 10, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. A medida visa transferir do Executivo para o Legislativo a aprovação da demarcação das terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental. Nesta quarta, às 14 horas, ocorrerá a primeira sessão da comissão para a nomeação da mesa diretora.

A comissão poderá ter Omar Serraglio (PMDB/PR) como relator. O ruralista foi o relator da PEC 215 enquanto ela tramitava pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sendo levada à mesa diretora com parecer favorável de Serraglio e também sob protestos dos povos indígenas e quilombolas.

Há quase dois anos, as mobilizações indígenas e da opinião pública evitavam a comissão. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se posicionou contra a PEC 215 e juristas como Dalmo de Abreu Dallari e José Frederico Marés chamaram a atenção dos parlamentares à inconstitucionalidade dela, em audiência que contou com deputados da bancada ruralista.

O ministro Luiz Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), em recente parecer sobre liminar que pedia a interrupção da PEC 215 na Câmara Federal, declarou que não iria impedi-la

CONT.

de tramitar, sobretudo porque ela ainda estava em fase de análise, mas atestou a inconstitucionalidade da proposta.

Depois de tantos ataques sofridos, fato é que a PEC 215 foi preterida pela própria bancada ruralista, que atacou com a Proposta de Lei Complementar (PLP) 227, entre outras, e na expectativa de ver a demarcação das terras indígenas alteradas por força de portaria do Ministério da Justiça. Nas regiões, intensificou os ataques contra comunidades indígenas, ameaças de morte e no Mato Grosso do Sul até um leilão de gado e soja, com fundos revertidos para a contratação de “seguranças” e armas contra os indígenas, chegou a ser organizado.



O que se viu nesta terça, 10, foi uma verdadeira demonstração de que a truculência da bancada ruralista não atende ou respeita nada além do que a própria natureza do grupo, de caráter udenista e que traz em si o autoritarismo como metodologia política. Façamos uma revisão de como a comissão foi instalada.

O início da história

A instalação da PEC 215, nesta terça, atende a dois episódios: um passado e outro futuro. Na semana passada, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, testou uma portaria, sem número, que visava regulamentar o Decreto 1775/96, alterando o procedimento de demarcação das terras indígenas numa tentativa de atender aos desejos da bancada ruralista.

O movimento indígena apresentou resistência e exigiu que a portaria, ainda em forma de minuta, espécie de esboço, não fosse publicada. Na semana passada, em passeata que saiu da 5ª Conferência Nacional de Política Indigenista, os indígenas ocuparam a parte externa do Palácio do Planalto e seguiu em protesto ao Ministério da Justiça.

Em reunião entre lideranças da Articulação dos Povos Indígenas (Apib) e o ministro Cardozo,

CONT.



ficou definido que a minuta da portaria passaria por consulta nas comunidades, audiências públicas e debates. A bancada ruralista, que esperava a publicação para este ano, ficou bastante descontente.

A Frente Parlamentar Agropecuária logo reagiu e nas redes sociais divulgaram que o “cardápio” do almoço dos “comensais” da bancada, numa mansão de Brasília, seria a questão indígena, o trabalho escravo e as eleições de 2014. Aqui reside o episódio futuro: as eleições do ano que vem.

Os ruralistas não poderiam terminar o ano sem ao menos uma conquista para levar às bases do setor país afora, tal como ocorreu com o novo Código Florestal. Sem a portaria de Cardoso, previamente debatida com a bancada ruralista, algo precisava ser salvo e a PEC 215 era o ataque mais avançado.

Durante este ano, o presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), criou a Comissão Especial. Faltava apenas instalá-la. Até esta ocasião, porém, o movimento indígena, em abril, ocupou o Plenário Ulysses Guimarães e dali uma Comissão Paritária foi formada para analisar todos os projetos envolvendo a questão indígena em tramitação na Câmara.

Mesmo com parecer contrário à PEC 215 emitido pela Comissão Paritária, formada por indígenas e parlamentares, Alves criou a Comissão Especial para analisar a proposta. Mais uma vez um mecanismo político criado serviu apenas de fachada ao golpe previamente acertado. Nesta terça não foi diferente.

A metade da história

Na manhã desta terça, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, o ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, o ministro Luiz Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU) e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, estiveram em audiência com a bancada ruralista, que pedia a instalação da PEC 215. Mesa da Câmara, Ministério da Justiça, AGU e PGR não conseguiram convencer os ruralistas e lavaram as mãos.

Alves então deixou a decisão para o Colégio de Líderes, na medida em que ele já tinha criado a Comissão Especial e tentava um acordo com as bancadas de PT, PSB, PSOL, PCdoB, PV e Solidariedade para que eles indicassem membros para a comissão. Seria constrangedor ele, como presidente da Câmara, instalar uma comissão apenas com os deputados ruralistas.

O imbróglio ganhou ainda mais atenção com os olhos do mundo voltados ao Brasil, por conta do Dia Internacional dos Direitos Humanos. À Tarde, todavia, depois de acirrado debate no Colégio de Líderes, decidiu-se pela instalação da comissão às 18 horas, no plenário 12. Alves, porém, seguiu dizendo que não instalaria. A Agência Câmara noticiou a instalação, depois negou o fato e na sequência novamente voltou a afirmar que a comissão seria instalada.

A confusão foi providencial e parte de um golpe bem engendrado pelos ruralistas. Sem Alves, os deputados ruralistas se ampararam no Regimento Interno da casa: como a comissão já

CONT.



estava criada, as regras permitem que o mais velho entre os deputados indicados para compor a comissão presida a sessão de instalação. Sem comunicar previamente os parlamentares sobre a decisão de instalar e o novo horário, os ruralistas esperaram o fim da ordem do dia para, em poucos minutos, consumir o golpe.

Não sem resistência dos indígenas e de parlamentares contrários aos desmandos ruralistas.

“Assassinos! Assassinos!”

Cerca de 60 indígenas, entre Munduruku, bancada indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista e Apib, ocuparam o plenário 13, da Câmara Federal, durante a instalação da Comissão Especial da PEC 215. Sob gritos de “Assassinos! Assassinos!” e “Demarcação Já!”, os ruralistas, em menos de 10 minutos, instalaram a comissão tentando impedir que parlamentares contrários ao ato falassem.

Mais cedo, porém, quando os Munduruku chegaram ao Congresso Nacional, agentes da Polícia Legislativa tentaram evitar que os indígenas entrassem na Câmara. “A PEC 215 não vai acontecer mais hoje. Podem ir embora”, diziam. No entanto, os Munduruku forçaram a entrada.

A eles foi prometido, pelos policiais, acomodações no plenário 16, para esperar a chegada do deputado federal Padre Ton (PT/RO), presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas. O tempo correu até a chegada da informação de que no plenário 13 os ruralistas buscavam instalar a comissão.

Impedidos de chegar ao plenário, os Munduruku, mais uma vez, forçaram a passagem, confrontando a Polícia Legislativa. Tudo muito bem costurado: a Polícia Legislativa enrolou os indígenas num canto da Câmara, enquanto os ruralistas davam o golpe sorrateiro. Depois de princípio de tumulto, os Munduruku foram levados ao plenário 16.

Ou seja, três plenários para trás estavam os ruralistas. O espaço entre um e outro se tornou uma verdadeira Faixa de Gaza: de um lado os indígenas, em intifada, e de outro os invasores de suas terras tentando consumir o golpe. Depois de algumas horas, os indígenas furaram o cerco e se dirigiram ao plenário 13. A Polícia Legislativa recuou para dentro do plenário. Acuados e visivelmente com medo, os ruralistas rapidamente instalaram a comissão e saíram de cabeça baixa.

A história longe de ter fim

Para quem achava que a PEC 215 estava morta, eis que ela ressuscitou junto com o udenismo ruralista. A comissão, que deverá ter 40 sessões, é a ante-sala para a votação em plenário, e tanto em um espaço quanto no outro os ruralistas possuem grande força parlamentar.

O movimento indígena, por outro lado, tem mostrado grande capacidade de mobilização, o que deve ser ampliado não só em Brasília, mas também nas regiões. “Agora é seguir nos movimentos. A conjuntura tem demonstrado que aos povos indígenas não restam mais nada

CONT.



além da mobilização. Executivo, Legislativo e parte do Judiciário estão contra nós”, declarou Sônia Guajajara, da Apib, depois de instalada a comissão.

Esta história, porém, está longe de ter um fim. Pela primeira vez em Brasília, o cacique Saw Joapompu Munduruku, que luta pela demarcação de seu povo no Médio Tapajós e contra a Usina Hidrelétrica de São Luiz, relatou uma profecia Munduruku antiga, contada de geração a geração:

“A terra Munduruku, e agora entendemos que dos demais parentes, seria invadida e roubada. Teria outro nome, o que é hoje Brasil. A profecia disse que lutaríamos durante muito tempo apenas por pequenos pedaços dela, onde estão enterrados os antepassados. Muitos desapareceriam, seriam mortos, mas a luta poderia garantir essas terras. Quando me falaram dessa PEC pensei na profecia, que diz outras coisas. Vamos lutar até o fim”.



Violência e estupidez dos ruralistas

SÍTIO CEDEFES, 11.12.2013

Produtores e políticos se organizam contra ocupações indígenas; eles criticam Funai e ONGs e defendem segurança na porta das fazendas. São os ruralistas apontando a arma da violência e da arrogância contra os povos indígenas, a democracia e o Estado Brasileiro. Guardem estes nomes para lembrar nas próximas eleições, ou melhor, para esquecer

Intitulado como o "Leilão da Resistência", figuras políticas e produtores rurais organizaram evento neste sábado (7) para levantar dinheiro com o objetivo de financiar ações contra retomadas de áreas indígenas.

Segundo reportagem de Nealla Machado, publicado originalmente no MidiamaxNews (7/12), o evento organizado por pecuaristas do Mato Grosso do Sul (MS) contou com cerveja e espetinhos.

"Essa é a resistência democrática que o MS levanta nesse momento. Chega de desrespeito ao cidadão que faz e que produz", declarou o deputado federal pelo estado de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM).

Quem também marcou presença foi a senadora por Tocantins, Kátia Abreu (PSD). Em sua fala, a parlamentar teceu pesadas críticas à Funai (Fundação Nacional do Índio), a qual considera ser "falida, retrógrada e atrasada".

O deputado Zé Teixeira (DEM) disse em discurso que "pouco importa o leilão e o dinheiro arrecadado", que o mais importante é fazer com que os produtores defendam suas propriedades. "Há anos os produtores gastam com invasões. Se o banco tem um segurança na porta, por que a fazenda não pode ter? Esse leilão é um alerta para mostrar que o setor produtivo não vai esperar pelo poder público e precisa de segurança", declarou o deputado que ainda atacou as Ongs, pois, para ele são as Organizações não Governamentais que "promovem as invasões e não os índios". "Essas organizações de esquerda querem desarticular o setor produtivo", declarou o deputado.

O secretário de Habitação do estado do Mato Grosso do Sul, Carlos Marun (PMDB), que também marcou presença no evento, foi mais contido em sua fala e disse "não concordar 100% com tudo que estava sendo dito ali", porém, classificou as ocupações indígenas uma "afronta ao estado de direito democrático" e que "alguma coisa precisa ser feita".

Cerveja e espetinho aos presentes

De acordo com a reportagem de Nealla Machado, o evento foi "muito bem organizado" e teve serviço profissional de garçons que serviam água, refrigerante e cerveja aos participantes. Do

CONT.



lado de fora tinha uma tenda com dois televisores e climatizadores.

Além dos parlamentares já citados, marcaram presença no “Leilão da Resistência” o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), os deputados federais Luiz Henrique Mandeta (DEM-MS), Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) e Fábio Trad (PMDB-MS). Os deputados estaduais Mara Caseiro (PTdoB-MS), Jerson Domingos (PMDB-MS), Junior Mochi (PMDB-MS). O ex-prefeito de Campo Grande (MS) e secretário estadual Nelsinho Trad, também marcou presença.

Justiça determina que arrecadação do leilão seja depositada em juízo

De acordo com o portal MidiaMaxNews, o Leilão da Resistência arrecadou em torno de R\$ 1 milhão na comercialização de gados. Porém, a Justiça de Mato Grosso do Sul determinou que o valor seja depositado em juízo, “assim como o nome dos doadores e valor individual, sob pena de multa do dobro de todo o valor arrecadado”.

Antes de acontecer de fato, o “Leilão da Resistência” enfrentou uma batalha judicial, pois, organizações indígenas acusaram o evento de querer montar “milícias” com o dinheiro arrecadado, visto que o motivo da realização do evento era levantar “fundos pra segurança armada das fazendas”.

No dia 4, uma liminar da Justiça proibia o evento, porém, na noite de quinta-feira a Justiça liberou a realização do leilão. E agora, liminar do sábado determinou que todo o valor arrecadado seja depositado em juízo, a partir de um mandado de segurança impetrado pelo advogado Luiz Henrique Eloy, representante dos grupos Aty Guasu e Conselho do Povo Terena.

Fonte: <http://revistaforum.com.br/>



MPF/AP recomenda que Comunidade do Cunani seja ouvida sobre regularização de suas terras

SÍTIO CEDEFES, 11.12.2013

O processo de regularização tramita desde 2007 na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e em nenhum momento a comunidade foi ouvida

A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) deve convidar a Associação dos Moradores Remanescentes Quilombolas de Cunani para participar das reuniões sobre o processo de regularização das terras da comunidade. A recomendação é do Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP).

Em 2004, a comunidade de Cunani deu entrada em um processo para regularização de suas terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Pela Constituição Federal, o estado deve emitir título das terras ocupadas aos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O Incra, porém, não conseguiu finalizar o processo de regularização. Parte das terras pleiteadas pela comunidade faz parte da unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, unidade de conservação de proteção integral. Para resolver a questão, em 2007, o processo foi para a CCAF.

Ao longo da tramitação do processo, em nenhuma reunião da CCAF a comunidade Cunani foi ouvida, contrariando a Convenção 169 da OIT, que garante às comunidades quilombolas o direito de serem consultadas de forma prévia, livre e informada antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens e direitos.

Em ofício, a CCAF informou ao MPF/AP que realizaria consulta à comunidade após reuniões com Incra, Ministério do Meio Ambiente e Fundação Palmares. As instituições elaborariam alternativas a fim de resolver o impasse, para, então, apresentá-las à comunidade. Para o procurador da República Camões Boaventura, a consulta prevista pela CCAF não atende à forma prévia, livre e informada, estabelecida pela Convenção 169.

"A comunidade tem direito de participar previamente das discussões e contribuir na elaboração de alternativas para resolução do conflito", afirma Boaventura. Segundo o procurador, as instituições também têm o dever de manter a comunidade informada sobre andamento do processo e sobre as consequências de cada proposta de solução quanto à controvérsia.

Palestra - Na recomendação, o MPF/AP também solicita ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que promova palestra para informar a comunidade sobre as discussões travadas na CCAF. Na ocasião, o ICMBio também deve explicar o que é uma Reserva Desenvolvimento Sustentável (RDS), forma de unidade de conservação de uso sustentável. A criação de RDS é uma das alternativas apontadas pela CCAF para a solução do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

problema.

Audiência Pública - Em 26 de novembro, o MPF/AP realizou audiência pública para discutir a regularização fundiária das comunidades quilombolas no estado. No evento, a comunidade do Cunani manifestou a insatisfação pela morosidade e falta de informações sobre o processo instaurado junto ao Incra. No dia 27 de novembro, em reunião no MPF/AP, a comunidade solicitou o direito de ser ouvida nas reuniões promovidas pela CCAF que tratem do processo administrativo em questão.

Fonte: Procuradoria da República no Amapá



Sistema de Cadastro Ambiental deve atingir 50 mil facilitadores

SÍTIO PORTAL BRASIL, 11.12.2013

Ministério do Meio Ambiente divulga o registro eletrônico de imóveis rurais por meio de curso de educação a distância

A meta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é atingir 50 mil facilitadores do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) por meio de um curso de educação a distância de 72 horas.

O MMA vem realizando uma estratégia de capacitação do CAR. Já foram capacitados mais de 3,5 mil facilitadores e, esta semana, o Ministério está oferecendo um curso para os servidores da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

O diretor do Departamento de Gestão Estratégica do MMA, Raimundo Deusdará Filho, explica que existem três possibilidades de cadastro de imóvel rural: de agricultura familiar ou agronegócio; de povos e comunidades tradicionais (quilombolas e extrativistas); e de assentamento de reforma agrária. "O instrumento de análise do SiCAR vai levantar quem tem déficit de reserva ou excedente", afirma.

"Estamos desenvolvendo também um modo de análise e de gerenciamento do CAR, que permitirão fazer o cruzamento de informações e gerar alertas e sobreposições de imóveis rurais", destaca o diretor.

MG – Parque das sempre-vivas: expropriação territorial e violação de direitos de quilombolas e comunidades tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.12.2013



Foto: Wesley Rodrigues (Jornal Hoje em dia, 07/06/2011).

Por Claudenir Fávero* e Andréa Zhouri**

O Parque Nacional das Sempre-vivas (PNVS) é só mais um exemplo, no Brasil, de criação de unidade de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais, neste caso, de comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e quilombolas. Nesta porção da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, um visitante desavisado pode ser levado a acreditar que toda a beleza da natureza preservada e pujante que ali se encontra ocorre sem a presença humana, que a serra é vazia. Um ledô engano.

Desde a presença dos primeiros habitantes, que as pinturas rupestres revelam – dizimados e afugentados pelo colonizador europeu – e, posteriormente, com a chegada dos africanos escravizados[1] – deserdados a própria sorte após a Lei Áurea (1888) –, os cantos de serra, as grotas, os vales e campos dessa região foram intensamente ocupados e utilizados. Ao longo do tempo, esses grupos valeram-se dos recursos naturais disponíveis, dos conhecimentos transmitidos por gerações e da invisibilidade estratégica para sobreviver.

Aos primeiros habitantes escravizados desta região foi imposto, sob chibata, o ofício de extrator de pedras preciosas. Conforme relato de Saint-Hilaire:

“O processo de administração dos diamantes sofreu também modificações em diferentes épocas. Vou mostrar o que ela era em 1817, [...]. Os lugares onde se extraem diamantes chamam-se serviços. Cada serviço tem um guarda-armazém e um moleiro, cargos da mesma categoria e do mesmo vencimento dos feitores. Os diferentes serviços são dotados de carpinteiros, serralheiros, etc., do mesmo nível dos feitores e tendo sob suas ordens vários escravos. Todos os escravos ocupados nos diversos serviços pertencem a particulares que os alugam à administração. Houve tempo em que seu número ascendeu a três mil [...]” (Auguste De Saint-Hilaire – Viagem Pelo Distrito Dos Diamantes e Litoral do Brasil, 2004 [1833], p. 14 e 16).

CONT.



Após o cativoiro, mesmo continuando com o ofício de garimpeiro, enquanto foi permitido, este não garantia todas as condições de sobrevivência. Foi necessária a busca de produtos alimentares e medicinais diretamente na natureza e o desenvolvimento de cultivos e criações que lhes garantisse a segurança e a soberania alimentar, complementadas pelas estratégias de comercialização e trocas a grandes distâncias, viabilizadas pelos tropeiros.

No decurso da história, os meios necessários para a manutenção e reprodução social das comunidades tradicionais formadas por indígenas, quilombolas e camponeses que se encontram nesta região, foram viabilizados em interação com o meio. Essas comunidades desenvolveram estratégias variadas de uso, manejo, conhecimento e representações simbólicas relativas a esses ambientes. Desde a alimentação até os vestuários e artefatos utilizados no cotidiano foram obtidos diretamente dos elementos da natureza. Em função das possibilidades de comercialização, a coleta de flores e outros produtos dos cerrados e campos de altitude passou a ser praticada. Assim, essas comunidades tradicionais se tornaram “apanhadoras de flores sempre-vivas”. Nesta perspectiva, uso e conservação estão intimamente imbricados, pois destes recursos depende a continuidade da existência.

A coleta de flores: cultura e economia

A identidade “apanhadores de flores sempre-vivas” identifica grupos com práticas e saberes tradicionais envolvendo uma pluralidade de atividades que ocupam e utilizam diversos ambientes com fluxos e sazonalidades temporais e espaciais que inclui: o cultivo das roças e quintais nas partes mais baixas ou planas do relevo, próximas aos cursos d’água ou em ambientes em que o solo propicia o cultivo nas estações chuvosas; a criação de animais de pequeno porte próxima aos quintais e a solta de gado nos campos de altitude nas estações mais secas do ano; e a coleta de flores secas (como são conhecidas) em diferentes épocas de maturação das inflorescências, dependendo de cada espécie, mas com uma concentração no período de janeiro a maio, época em que famílias inteiras se deslocam para as partes mais altas da serra e habitam “lapas[2]” ou ranchos construídos com materiais locais.

Ainda que a coleta de flores não seja a única atividade que se realiza sobre a serra, essa identidade aproxima as comunidades de distintos locais que fazem uso comum de terras tradicionalmente ocupadas[3] ao longo de gerações. A condição de população tradicional das comunidades que habitam a área delimitada como PNSV foi atestada em parecer antropológico emitido pelo 6ª. Câmara do Ministério Público Federal:

“Como os dados da pesquisa de campo demonstraram, as populações locais que ocupam a área do Parque Nacional das Sempre-vivas e sua área de amortecimento, há mais de um século, constituem uma população tradicional de apanhadores de flores. São descendentes de lavradores da terra e de garimpeiros que desenvolveram em comum saberes e modos de vida articulados com a natureza da Serra do Espinhaço, que lhes oferecia quase tudo que necessitavam – madeira para lenha e construção de suas casas, palhas para cobertura das moradias, remédios do mato, frutos e flores nativos.

A terra que ocupam é um território, um bem coletivo, pois foi construído socialmente como espaços de pertencimento necessários à sua reprodução física, social, econômica e cultural.

CONT.



Seu modo de vida é dependente do meio ambiente em que vivem e suas atividades principais são a agricultura de subsistência com manejo de gado e o extrativismo de sempre-vivas, atividade mais importante na geração de renda.

Nas narrativas dos moradores do Parque Nacional das Sempre-vivas, natureza e cultura formam uma teia de significados, de saberes e atividades tradicionais da Serra do Espinhaço que constroem sua identidade de apanhadores de flores” (Dra. Ângela Maria Baptista – Antropóloga. Parecer Pericial nº 083/2011 – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais/Ministério Público Federal, 2011, p. 43 e 44).

As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas detêm conhecimentos aprofundados sobre as espécies de flores, caros à sua conservação: em que ambiente cada espécie ocorre; em quais épocas do ano as inflorescências de cada espécie estão maduras o suficiente para serem coletadas e garantir o ressemeio; qual a melhor forma de coletar as inflorescências sem arrancar as plantas; quais espécies necessitam do manejo com fogo controlado para sua perpetuação; quais espécies suportam o pastejo de animais na área antes da emissão das inflorescências etc, etc. Este acúmulo de conhecimentos é fruto da coexistência que leva a interdependência e a co-evolução entre espécies. A paisagem e a riqueza em biodiversidade encontrada na região delimitada como PNSV e que foi justificativa para sua criação é resultado, também, da presença humana e seus modos tradicionais de vida.

A receita obtida pela venda das flores e demais produtos resultantes da coleta pode significar a maior fonte de renda monetária de uma família. Entretanto, ela pode representar uma complementação junto à renda obtida pela venda de animais e produtos oriundos da agricultura, por exemplo. De qualquer forma, ela cumpre papel importante nas estratégias de reprodução econômica, social e cultural das famílias.

Estudos realizados pelo Núcleo de Estudos em Ecofisiologia Vegetal da UFVJM (entre 2005 e 2012) comprovam que as principais espécies de sempre-vivas coletadas e que vêm sendo consideradas em risco de extinção podem ser cultivadas obtendo-se elevada produtividade, desde que sejam cultivadas em ambientes similares aos campos nativos, ou seja, nos campos de altitude utilizados pelas comunidades. Além disso, a partir das pesquisas realizadas é possível estabelecer critérios de manejo sustentável para as demais espécies junto às comunidades que acumulam vasto conhecimento a respeito.

Isso indica a potencialidade do manejo sustentável de espécies nativas que se traduzem em produtos exclusivos desta região e que podem continuar gerando renda para dezenas de comunidades tradicionais que se encontram nesses campos. Certamente, ao sair da “invisibilidade” a atividade passa a demandar normatizações específicas que viabilizem sua continuidade. Requer, portanto, organização de procedimentos específicos e políticas públicas adequadas à atividade de forma a promover a atividade que traz consigo a cultura e a história dessas comunidades. Fato que ocorreu com outras atividades ao longo do tempo e que cabe ao contexto colocado, considerando-se uma sociedade que busca fortalecer as potencialidades locais e promover a inclusão social.

CONT.



Ilegalidade, violação de direitos e violência na criação e implantação do Parque

O Parque Nacional das Sempre-vivas foi criado pelo Decreto Presidencial s/n, de 13 de dezembro de 2002. A tramitação, nos órgãos ambientais, do processo de criação ocorreu após a aprovação da Lei que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto que regulamentou a Lei foi publicado anteriormente a sua criação, Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002.

A Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece em seu Artigo 22, § 2º que: "A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento", complementado pelo § 3º: "No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas" (grifos nossos).

O Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, ratifica e regulamenta: "Art. 5º A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade. § 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas. § 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta" (grifos nossos).

Segundo os ritos de criação de UCs, os estudos técnicos devem preceder sua proposição levando-se em conta as características socioeconômicas e ambientais para se definir qual a categoria da unidade. Entretanto, no caso do PNSV não ocorreu dessa forma. Mesmo confirmada a importância do uso da área para as famílias da região – a exemplo da coleta de flores e criação de animais – foi definida pelo órgão ambiental a criação de uma unidade de proteção integral que proíbe o extrativismo vegetal dentre outras atividades em seu interior. Além disso, o parque foi delimitado após um sobrevoo da área realizado por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e atingiu o território de mais de uma dezena de comunidades tradicionais[4].

A maioria dos comunitários só ficou sabendo da existência do parque e das implicações do mesmo para suas vidas quando, a partir de 2007, assumiu a gestão da unidade uma equipe técnica que no afã de implantar a unidade a qualquer custo, desconsiderou a condição de comunidades tradicionais e violou direitos previstos por lei nacionais através de práticas como ameaças, constrangimentos, intimidações, destruição de plantações e instalações familiares. Sem entendimento do que estava acontecendo, os comunitários tiveram seus modos de vida criminalizados e sujeitos a multas e prisões. Cabe ressaltar que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, promulgada pelo Decreto no 5.051, de 19 de abril de 2004, que tem força constitucional e estabelece direitos as comunidades tradicionais, bem como, o Decreto no 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais são anteriores a esta época.

CONT.



Organização e reivindicação de direitos pelas comunidades tradicionais

Com o tempo, as comunidades tradicionais atingidas pelo PNSV foram compreendendo a política de criação de unidades de conservação e tomando consciência dos seus direitos. No início de 2010, a partir de debates e reflexões sobre os conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais na região de Diamantina e a violação de seus direitos, foi criada a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX). Representantes das comunidades atingidas pelo PNSV compuseram a CODECEX e impulsionaram ações no sentido de contrapor as posturas ostensivas dos gestores do parque e na busca da garantia dos seus direitos. Buscaram assegurar seus direitos junto ao Ministério Público Federal, a Defensoria Pública Federal e a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e protocolaram reivindicações junto a Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pelo parque.

É notória a ausência das ações do Estado brasileiro junto à essas comunidades tradicionais da região. Isso é expresso, por exemplo, pelo baixo acesso a políticas públicas básicas e muitas das justificativas oficiais referem-se à dificuldade de acesso e longas distâncias físicas. Entretanto, para garantir metas e compensações ambientais o mesmo não se observa. Para muitos dos moradores das comunidades atingidas, a chegada deste parque significou a primeira vez em que o Estado nacional marcou forte presença em suas vidas. Isso se deu de forma ostensiva, expropriatória e violando direitos humanos.

As reivindicações das comunidades referem-se ao óbvio, que já deveria ter sido realizado pelos órgãos responsáveis, mesmo antes da criação da unidade conforme previsto em lei: que sejam reconhecidas como tradicionais; que sejam ouvidas, como prescreve a legislação; que sejam realizados estudos com a participação das comunidades apontando as possibilidades de continuidade do uso tradicional do território, ou seja, as possibilidades de recategorização do parque (unidade de proteção integral) para unidade de uso sustentável e a desafetação de áreas que não justifica pertencer a qualquer categoria de unidade de conservação ou que esteja sombreando com territórios quilombolas; enfim, que as comunidades não sejam excluídas socialmente, mais sim que participem da conservação ambiental.

Mesmo após um representante do ICMBio ter declarado publicamente que a criação desta unidade de conservação como parque foi um erro; do parecer da Sexta Câmara do Ministério Público Federal ter apontado a necessidade e pertinência de recategorização da unidade; da CODECEX ter recolhido 687 assinaturas de comunitários reivindicando a constituição de um Grupo de Trabalho para a realização de estudos visando à redefinição dos limites e da categoria da unidade; e do Grupo de Trabalho ter sido constituído por determinação da Presidência do ICMBio, há dificuldades e resistências para que as reivindicações dos comunitários sejam atendidas.

Ocorrem tentativas de desqualificar e deslegitimar os representantes da CODECEX; há tentativas de desvio do objeto central das reivindicações, ou seja, de aprofundamento nas possibilidades de recategorização do parque; e o próprio Grupo de Trabalho não dispõe das condições que garantam seu pleno funcionamento, principalmente em relação a disponibilidade de recursos financeiros para viabilização dos trabalhos necessários. Há, inclusive, quem diga

CONT.



que não existem conflitos entre as comunidades e o parque, que estes foram forçados por terceiros, pois os comunitários recebem e dialogam com os atuais gestores da unidade quando esses chegam às suas comunidades. Antes de se fazer tais afirmações, é necessário entender o contexto histórico, os princípios e valores destas comunidades e o poder simbólico do qual é imbuído um gestor público alçado na condição de representante do Estado brasileiro perante esses grupos.

Conservação ambiental e uso sustentável

Alguns ambientalistas insistem na velha concepção de que para conservar a natureza é necessário retirar o ser humano, imputando às comunidades tradicionais o preço desta conservação ao serem expropriados seus meios e condições de vida. Em todos os biomas brasileiros experiências demonstram que a integração ser humano-natureza em sistemas fundamentados nos princípios da agro-ecologia possibilita a conservação ambiental, a geração de renda e a melhoria nas condições de vida das pessoas.

Este debate não pode ser feito a partir da perspectiva produtivista-reducionista utilizada pelo agronegócio do tipo produção/ha, renda/ha, etc. Os sistemas agroextrativistas e os modos de vida das comunidades tradicionais são muito mais diversificados e complexos. Embora para algumas famílias a comercialização dos produtos do extrativismo seja a principal fonte de geração de renda, ela não é a única e a vida das pessoas não são mantidas e resumidas, unicamente, a esta fonte de renda. Há que serem feitos, sim, estudos com a participação dos comunitários sobre as diferentes formas de manejo, técnicas e estratégias que possibilitem o uso sustentável dos recursos. No entanto, a ausência ou lacunas de conhecimentos e, até mesmo, alguns entraves legais não podem ser motivos para impedir a continuidade de uso do território pelas comunidades tradicionais e a efetivação de seus direitos previstos na legislação.

Ao mesmo tempo, afirmações descontextualizadas são apontadas no intuito de defender o indefensável – a legalidade deste parque e sua legitimidade social. Assim como, soluções superficiais são apontadas como receitas de sucesso para o futuro das comunidades fora de seus territórios. Há que se ressaltar dois aspectos. O primeiro, refere-se à pluralidade de atividades desses grupos que confere maior flexibilidade perante os contextos internos e externos à família sendo, portanto, importante estratégia econômica a viabilizar a reprodução sociocultural das famílias ao longo do tempo. O outro, é que há uma tentativa clara de despolitização do processo em questão e de legitimação da expropriação territorial e violação de direitos ora em curso.

Certamente, a paisagem, a beleza cênica e a biodiversidade não serão sucumbidas por unidades de conservação de uso sustentável. Pelo contrário, poderão ser reafirmadas tendo as comunidades locais como aliadas a viabilizar o cuidado com esta área alicerçado na ancestralidade, na noção de pertencimento e na proximidade cotidiana com seus lugares de vida. E os turistas, se acessarem a região, terão a oportunidade de conhecer os povos, tradições e histórias que habitam e conservam esta região através de gerações. Nesse sentido, as comunidades propõem abertura ao diálogo: “nós somos a favor da preservação da natureza e fizemos isso a vida inteira (...). A questão é que nós não queremos ser excluídos da preservação”. A demanda apresentada por uma liderança comunitária afirma a necessidade da

CONT.



noção de sustentabilidade ser tomada, também, por sentidos de justiça, democratização e diversidade cultural.

-

*Doutor em Agronomia, Coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFVJM)

**Doutora em Sociologia, Coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG)

[1] Segundo Machado Filho (1985, p. 20) "Até 5.000 escravos chegaram a ser empregados nos serviços de Extração" de diamante durante o "Regimento Diamantino" – Regime especial de domínio da Coroa Portuguesa na região de Diamantina, MG, que durou cerca de 70 anos entre os séculos XVIII e XIX.

[2] Formações rochosas, tipo gruta, que permite acomodações e abrigos das intempéries naturais.

[3] Em consonância com os estudos de ALMEIDA, A. W.B. (2006) Terras de quilombo, terras indígenas, "babaquais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.

[4] Como evidenciado pelos estudos de MONTEIRO, F. T. (2011) Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Claudenir Fávero, via Carlos Alberto Dayrell.



Câmara vai retomar tramitação da PEC sobre demarcação de terras indígenas
SÍTIO INSTITUTO CARBONO BRASIL, 11.12.2013

O debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere ao Parlamento a prerrogativa de homologação de terras indígenas, ganhou mais um capítulo com a disposição do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), de indicar os nomes para compor a comissão especial que vai analisar o mérito da proposição legislativa, o que permitirá a instalação do colegiado.

A decisão foi anunciada hoje (10) logo após reunião de Alves com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Cardozo reiterou que o governo tem posição contrária à proposta, considerada inconstitucional. "Ela é inconstitucional, não resolve o problema e acirra a situação que temos em todo o país sobre a questão indígena", disse o ministro.

A medida do presidente da Câmara atende a reivindicação da Frente Parlamentar da Agropecuária, que reúne os deputados ligados ao setor rural.

Cardozo disse que a decisão sobre a criação da comissão é do Legislativo e que o governo defende o aperfeiçoamento dos processos de demarcação. Como exemplo, lembrou que o governo já colocou em discussão uma proposta de minuta que altera o Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que trata dos procedimentos administrativos de demarcação.

"A minuta já foi distribuída para lideranças e parlamentares e estamos na fase de receber sugestões e críticas. Fundamental ouvir todos os interessados para ter texto final que dê novo parâmetro de eficiência aos processos de demarcação", observou Cardozo.

O governo defende que a alteração na portaria pode dar nova feição ao processo de demarcação, trazendo maior transparência e segurança jurídica, sem retirar o protagonismo da Funai do processo. A medida foi recebida pelos índios com protestos em Brasília, na semana passada.

Para o ministro, a melhor forma de resolver o impasse em torno da demarcação de terras indígenas passa pelo debate entre as diferentes partes. "Eventuais mudanças legislativas têm que ser pactuadas entre representantes indígenas, parlamentares, governo, porque nada se resolve na questão indígena sem pacto", disse Cardozo.

A proposta está parada desde abril, quando o presidente da Câmara anunciou a criação da comissão e o plenário da Casa foi ocupado por indígenas de várias etnias que protestaram contra a instalação do colegiado. Na ocasião, Alves anunciou a criação de um grupo de trabalho formado por parlamentares, indígenas e produtores rurais para debater o tema.

Outra tentativa da retomada da proposta foi feita em outubro por Henrique Eduardo Alves, logo
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

após o grupo de trabalho ter concluído pela inconstitucionalidade da PEC. Os índios pressionaram e mais uma vez conseguiram suspender a criação da comissão. A posição dos índios foi reiterada por nota técnica encaminhada pelo Ministério da Justiça ao presidente da Câmara questionando a tramitação da PEC.

Além de passar para o Congresso a prerrogativa de demarcação das terras indígenas, a proposta também permite a revisão das terras já demarcadas. Outra mudança seria nos critérios e procedimentos para a demarcação, que passaria a ser regulamentada por lei e não por decreto, com é atualmente.



Indígenas cobram pedágio em ato por mais saúde

SÍTIO DIÁRIO DE CÁCERES, 11.12.2013

Eles estão cobrando R\$ 50 para liberar a passagem de motos e R\$ 100 para carros; etnia pede melhoria no atendimento médico na aldeia

Desde o último domingo (8) índios da etnia enawenê-nawê bloqueiam trecho da MT-170, em Juína (737 km a noroeste de Cuiabá), e cobram pedágio para liberar a passagem. Eles classificam a ação como protesto por conta da precariedade das condições de saúde.

Por volta de 150 índios realizam um pedágio próximo a ponte do Rio Juruena. Eles cobram R\$ 50 para liberar motos e R\$ 100 para permitir a passagem de carros de passeio, caminhonetes, ônibus e caminhões. Os únicos veículos isentos são as ambulâncias e carros oficiais.

O ato é para chamar atenção a respeito do atendimento básico de saúde que não estaria sendo realizado adequadamente no local. Entre as principais reclamações estão a falta de medicamentos para tribo e a parca estrutura do único posto médico da aldeia, que sequer está funcionando por falta de equipamentos e medicamentos.

De acordo com a assessoria da Fundação Nacional do Índio (Funai), o órgão tem acompanhado o caso junto aos indígenas, mantendo o diálogo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que é a responsável por tratar dos assuntos relacionados à saúde deste segmento, uma vez que a principal demanda dos indígenas é a falta de medicamentos e a estruturação de um posto de saúde na aldeia. A Funai informou que vem mantendo diálogo com o Ministério Público sobre o assunto, mas ainda não chegou a uma resolução.

A assessoria do SESAI informou, por meio de nota, que o posto de saúde de Juína, na Terra Indígena dos enawenê-nawê, mantém um estoque regular de medicamentos da atenção básica.

Conforme a assessoria, a partir do próximo ano, a lista de produtos ofertados nos postos que atendem população indígena será ampliada, passando de um total de 500 para 800 medicamentos, segundo portaria assinada na última semana, na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

A assessoria do Ministério da Saúde informou que já está aberto o processo licitatório para aquisição de equipamentos e mobiliário para o posto em Juína. Segundo a assessoria, o posto médico foi recém concluído, no mês de novembro, e por isso ainda não está completamente equipado.

Fonte: Gustavo Nascimento/Diário de Cuiabá



Indígenas disputam vagas para ingresso nas universidades

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 11.12.2013

O XIII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná acontece nos dias 11 e 12 de dezembro de 2013, na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O vestibular é realizado anualmente para ingresso nos cursos de graduação das sete universidades estaduais do Paraná e da Universidade Federal do Paraná. São ofertadas seis (6) vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo para ingresso no ano letivo de 2014, em cada uma das universidades estaduais, exclusivamente para os índios integrantes das sociedades indígenas do Paraná, e 10 (dez) vagas suplementares em cursos de graduação e técnicos de nível pós-médio na Universidade Federal do Paraná, exclusivamente para os índios integrantes das sociedades indígenas no Brasil.

Neste ano foram homologadas 415 inscrições e o Processo Seletivo consistirá de uma prova oral que será aplicada pela Comissão Universidade para os Índios (CUIA), uma prova com questões objetivas e uma prova de redação, de caráter eliminatório e classificatório, realizadas pela CUIA e Coordenadoria de Processos Seletivos da UENP (CPS). As provas serão realizadas no Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), localizado na Rua Padre Melo, 1200 em Jacarezinho - Pr. O candidato deverá comparecer no local de sua prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário estabelecido para a prova (8 horas). Para ingressar na sala da prova, o candidato deverá apresentar documento oficial e original de identidade.

O resultado será publicado até o dia 11 de janeiro de 2014, na sede das universidades envolvidas e pelo site <http://uenp.edu.br/xiii-vestibular-indigena>. O candidato classificado deverá, no ato da sua matrícula, escolher um dos cursos oferecidos pela instituição, dentre aqueles constantes no Manual do Candidato.

A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior delegou para as universidades estaduais a competência de organizar e realizar em conjunto o Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas e criou uma Comissão Interinstitucional para Acompanhamento dos Estudantes Indígenas.

Ministro da Justiça pede mais prazo para resolver questões indígenas no sul
SÍTIO DESACATO, 11.12.2013



A visita do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo ao estado de Santa Catarina para discutir a questão da demarcação das terras indígenas, suspensas em todo o sul do país, faz parte de uma articulação da ministra Ideli Salvati, para resolver de uma vez por todas a questão da BR 101, no ponto do Morros dos Cavalos, onde está uma comunidade Guarani (1.988 hectares). O governo chegou a anunciar, no mês de novembro, a liberação dos recursos para a quarta pista no trecho que atravessa a terra originária, "até que se construa o túnel", conforme afirmou Ideli Salvati. O túnel a qual

se refere é uma obra já planejada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Denit), que teria um túnel duplo de 1,800 quilômetro cada um, mais dois viadutos de acesso, com custo estimado de 650 milhões. Os Guarani não concordam com essa obra, por atravessar suas terras e causar muito impacto ambiental.

E é esse processo de negociação que está na manga do ministro, apesar de ele ter chamado as três nacionalidades que vivem no estado para conversar. Assim, vieram os Guarani, os Xokleng e os Kaingang. Todas essas comunidades estão há mais de 20 anos aguardando pela demarcação e desinvasão de suas terras e desde aí também vivem no permanente conflito com as famílias não-índias que ocupam o território. Muitas dessas famílias compraram as terras de boa fé, mas é possível também observar a ação de especuladores de terra que acabam incitando as famílias contra os indígenas, inclusive atrasando as negociações.

Por isso foi um tanto patético ouvir o ministro da Justiça dizendo que precisava de um prazo de 15 dias para conhecer o caso específico de cada comunidade. "Vim aqui para dialogar, mas os casos são diferentes. Preciso conhecer o diagnóstico de cada área". Os indígenas estavam incomodados com essa conversa mole. "Nossa terra está virando caso de política, porque a gente vê muito político se metendo, e inclusive querendo explorar as nossas terras", disse uma liderança Xoklengue, da região de Ibirama. Outro disse que já são mais de 20 anos na luta pela demarcação, que não é possível que o ministro não conheça tudo isso. "Nós somos parte da União, somos parte do meio ambiente. O governo tem obrigação de cuidar de tudo isso, de nós. Mas, não, dizem que nas terras do sul não tem índio. Eu quero ouvir do senhor que vai trabalhar pela demarcação. O senhor é estudado, é doutor. Eu não tenho nem o segundo ano, mas eu sei de cor os artigos da Constituição que garantem a nossa terra. Então, ministro, qual é a proposta, afinal?"

CONT.



E José Eduardo Cardoso respondeu: "A proposta é ouvir cada um". Ou seja. Não havia proposta. O ministro tentava convencer os indígenas de que poderia sair uma proposta conjunta entre governo, famílias de agricultores e índios, ali, naquela reunião. E recusou-se a aceitar qualquer condição por parte das comunidades. Mas, os indígenas lembraram ao ministro que as famílias de agricultores já estão impondo condições na medida em que não permitem a entrada da Funai para efeitos de estudo de demarcação. "A gente sabe que alguém tem de ceder, mas tem de ser de ambos os lados. Por que só nós temos de ceder?" As lideranças indígenas são muito claras com relação ao problema das famílias. Elas aceitam que boa parte comprou terra de boa fé e, portanto, precisa ser indenizada. Mas isso é uma questão para o governo. Se as terras indígenas foram vendidas algum dia para famílias de colonos, isso foi uma ação ilegal. Agora, é o governo que tem de dar a solução. Não pode ficar jogando a responsabilidade para os indígenas. No caso dos Guarani do Morro dos Cavalos até os acidentes que acontecem na BR 101 já estão sendo imputados à eles. Isso beira o absurdo. Os indígenas reivindicam suas terras e também reivindicam que as famílias que ali vivem sejam indenizadas pelas benfeitorias e pelas terras. E também apresentam propostas para o problema da 101. Mas, quem ouve?

Durante a reunião outro indígena recordou ao ministro que ele já havia pedido um prazo de 15 dias numa reunião da qual participaram em Brasília, há meses. "O senhor teve o prazo e não fez nada. Agora quer mais 15 dias?" O ministro respondeu que teve de cuidar de um conflito que estourou na Bahia e não teve tempo de definir as demandas do sul. "Mas nós aqui também temos conflito. Qual é a diferença?", argumentaram os indígenas. Outra liderança se dirigiu ao vice-governador Pinho Moreira, que também estava na reunião: "Nós somos filhos desse estado, governador, e vocês esqueceram de nós. Estão fomentando a guerra entre os seus filhos, nós e os colonos. Todos os estudos já foram feitos, tudo já está definido há vinte anos. Que mais há para esperar?"

O representante Kaingang, Rildo Mendes, foi enfático. "O senhor pediu um prazo de 15 dias? Nós vamos lhe dar mais, vamos dar até abril. Se nada for definido sobre o Toldo Imbu (uma terra kaingang no oeste do estado) nós vamos tomar essa terra, mesmo que sangue seja derramado.

Reunião conjunta, promessas de solução

Eram duas e meia da tarde quando a primeira parte da reunião foi encerrada. Por volta das quatro horas, o ministro retornou para nova rodada de conversa. No estado de Santa Catarina, além da polêmica sobre o Morro dos Cavalos, sobre o qual passa a BR 101, também há uma outra urgência que diz respeito da comunidade Araçaí, igualmente enfrentando conflitos com famílias não-índias. São 2.700 hectares entre os municípios de Saudade e Cunha Porã, no oeste do estado, que já foram definidos como terras tradicionais dos Guarani. O governo, pressionado pelos agricultores que estão na área, comprou 800 hectares de terra em outra localidade, na região oeste, para onde quer transferir os Guarani, mas eles não querem ocupar um território que não é deles, e ainda por cima, bem menor do que têm direito. Até porque essa terra, segundo eles, está dentro do território Kaingang. Os Guarani querem ficar na sua terra de origem. Além disso, a proposta do governo pode abrir um precedente muito perigoso que é justamente o artifício do deslocamento para longe do território original. Para as

CONT.



comunidades Guarani, assim como para qualquer outra nacionalidade, não é compreensível a ideia de “comprar” um espaço para morar. O território originalmente ocupado pelos seus ancestrais está repleto de marcas históricas e culturais. Não faz sentido ser assentado em uma terra estranha. Assim, a proposta que está na mesa é a de que o governo venda a área comprada e use os recursos para pagar as indenizações das famílias não-índias. Ninguém entende porque o governo já não fez isso. Quanto mais demora, mais insufla o conflito.

Depois de muita conversa o ministro conseguiu o seguinte acordo sobre a terra Guarani de Araçaí: as famílias ocuparão a terra comprada, provisoriamente, e serão liberados 8 milhões de reais para pagamento de indenização das famílias não-índias que estão em território Guarani. Fechada a indenização e feita a desintrusão, eles voltam ao território original.

No que diz respeito a nacionalidade Kaikang, uma reunião específica foi acertada para o dia 23 de dezembro, quando o ministro volta à Florianópolis. Eles insistem que a demarcação de suas terras e a desintrusão das famílias de agricultores tem de ser feita até abril de 2014, senão eles mesmos vão demarcar, custe o que custar. Segundo uma das lideranças kaikang, as questões com os agricultores já estão definidas, resta ao governo fazer a sua parte.

A conversa com os Guarani do Morro dos Cavalos, foi a mais tensa. Até porque foi realizada conjuntamente com uma pessoa que os indígenas acusam de ser “grileiro” (Alberto Bensousan) e uma dona de cartório que afirma ter legalizado todas as terras das famílias que estão no território reivindicado pelos Guarani. Durante a reunião, Alberto insistiu em afirmar que os indígenas que ali vivem não são brasileiros. “Eles são do Paraguai”. Também acusou os antropólogos que realizaram os estudos de demarcação de serem parciais, beneficiando os indígenas. Nessa hora começou um bate-boca que só terminou com a intervenção da procuradora do Ministério Público, Ana Lúcia Hartmann, que informou sobre as suspeitas que pairam sobre o processo de legalização levado a cabo pelo cartório em questão. O ministro também foi bastante duro com os que diziam representar as famílias de agricultores, argumentou que queria fazer um acordo, mas que se eles não tinham interesse, que procurassem os seus direitos na justiça. Na fala da cacique Eunice Paraí, ela reafirmou que os estudos já estão feitos, que o processo todo é muito claro e que só falta o governo agir.

O ministro reforçou seu pedido de um prazo de 15 dias, no qual Funai e Ministério Público farão o levantamento da situação das 77 famílias agricultores que vivem na área. Para isso, conseguiu dos representantes da família o acordo de que as mesmas permitirão a visita da Funai. “Vamos esperar que as famílias permitam a visita. Será mais uma tentativa”, disse o ministro. Os Guarani também concordaram. Assim, a questão da demarcação e desintrusão das terras indígenas em Santa Catarina fica em suspensão por mais 15 dias. Dia 23 de dezembro, o ministro volta. Espera-se que com algum proposta concreta.

Durante toda a conversa estava clara a tentativa do ministro em parecer simpático e decidido a resolver o problema, reconhecendo o direito dos indígenas. Mas, como tem se visto em todo o Brasil, com o estouro de violentos conflitos e até atos ilegais, como o caso dos fazendeiros que fizeram um leilão para arrecadar recursos visando a formação de milícias armadas, o governo tem sido de uma frouxidão abissal, permitindo assim que a violência cresça vertiginosamente. Indígenas são assassinados, milícias são formadas, jagunços agem a céu aberto. Há muita

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

demora na solução dos problemas e cada dia a mais pode significar mais e mais mortes, dores e destruição.

No caso de Santa Catarina as comunidades decidiram dar mais um voto de confiança. Resta esperar. Mas, ecoa forte a fala do representante kaingang: "até abril, senão nós mesmos vamos demarcar, custe o que custar".

Foto: Marcelo Bittencourt.



Índios e produtores se preparam para duelo em Brasília

SÍTIO NAVIRAÍ DIÁRIO, 11.12.2013

Depois de se enfrentar por causa do "Leilão da Resistência", índios e produtores rurais se preparam para novo duelo em Brasília. Dessa vez, o motivo da disputa é a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215, que tira da Funai (Fundação Nacional do Índio) e passa para o Legislativo a competência pela demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Num ato da presidência da Câmara Federal, o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) convocou a reunião de instalação da PEC para o início da noite desta terça-feira (6). Para pressionar pelo andamento da proposta, cerca de 100 produtores sul-mato-grossenses embarcam amanhã (11) ao Distrito Federal.

"Por conta da previsão de instalação da PEC o clima está tenso em Brasília", comentou o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul). Para ele, a tendência é de os "índios se mobilizarem" em reação à proposta. "Está rolando uma queda de braço entre Legislativo e Executivo por causa da PEC", emendou.

O temor, segundo Maia, é de os indígenas radicalizarem se a PEC for instalada. "As invasões podem aumentar e isso preocupa todo mundo", disse. Em Brasília, ainda conforme o presidente da Acrissul, os produtores vão participar de audiência pública da Frente Parlamentar Agropecuária, vão conversar com a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) e com representantes da CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

Leilão

Sobre o "Leilão da Resistência", realizado no último sábado (7), Maia informou arrecadação de em torno de R\$ 1 milhão, dos quais R\$ 650 mil com venda de bovinos e o restante foi arrecadado via doações de outros 10 estados e em grãos.

"O leilão foi transmitido pela TV e gente, por exemplo, do Maranhão, Tocantins, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás e até do Rio Grande do Norte doaram. Agora, estamos retornando os contatos para confirmar a contribuição", disse o presidente da Acrissul. Segundo ele, em breve será divulgado balanço completo do evento. Por enquanto, os recursos arrecadados estão bloqueados pela Justiça.

Fonte: CG News

Indígenas Munduruku ocupam sede da AGU em Brasília (DF)

SÍTIO CIMI, 11.12.2013



Cerca de 50 Munduruku de aldeias do Alto e Médio Tapajós, no Pará, ocupam desde o início da tarde desta terça, 10, a sede da Advocacia-Geral da União (AGU). O movimento ocorre por tempo indeterminado, sendo organizado pela Associação Da'uk, formada em uma assembleia de caciques Munduruku há pouco mais de um mês.

Os indígenas pedem ao ministro Luiz Inácio Adams a revogação da Portaria 303, a demarcação da Terra Indígena Munduruku no Médio Tapajós e que a AGU não recorra de

decisão do juiz Illan Presser, da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, que suspendeu o leilão para a Usina Hidrelétrica de São Manoel, no Rio Teles Pires.

O leilão estava marcado para acontecer nesta sexta, 13. Se construída a usina no Rio Teles Pires, na divisa entre os estados do Mato Grosso e Pará, aldeias e locais sagrados dos povos Kayabi e parte das aldeias Munduruku serão inundados e deixarão de existir, o que promoverá diásporas e consequências insondáveis para a continuidade da vida destes povos.

Durante a ocupação da sede da AGU, uma comissão de Munduruku tentará audiência com o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), o desembargador Mário Cesar Ribeiro. O objetivo é tentar sensibilizá-lo para que mantenha a decisão do juiz Presser pela suspensão do leilão. Durante a ocupação, os indígenas Munduruku distribuíram ainda uma carta contra a usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará.

"A Portaria (303) é ruim porque permite a construção de usinas em nossos rios sem consulta ao povo e também dificulta a demarcação das terras tradicionais, que no Médio Tapajós ainda não aconteceu", explica Josias Manhuary Munduruku. A liderança frisa que a AGU é quem briga na Justiça para que os processos que envolvem a construção de UHE, PCH e barragens sejam executados. "AGU é inimigo nosso. Não faz nada de bom", ataca.

Há quatro meses os Munduruku do Médio Tapajós aguardam a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicar estudo identificando da terra indígena.

Resumo:

Indígenas Munduruku ocupam sede da AGU, em Brasília (DF), pela revogação da Portaria 303, CONT.



pela demarcação da Terra Indígena Munduruku no Médio Tapajós e contra as usinas hidrelétricas nos rios Teles Pires e Tapajós. Uma Comissão deverá sair da ocupação para tentar audiência com o presidente do TRF-1 para solicitar a manutenção de decisão que suspende o leilão da UHE São Manoel, no Rio Teles Pires, na divisa do Mato Grosso e do Pará.

Outras informações:

Renato Santana 61.9979.6912 / Patrícia Bonilha 61.9979.7059.

Os Munduruku também distribuíram um documento que demanda celeridade da Justiça em todos os processos relativos a hidrelétricas nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires:

Hidrelétricas nos rios Xingu, Teles Pires e Tapajós: Justiça Já!

No Dia Internacional dos Direitos Humanos, exigimos que se faça JUSTIÇA JÁ nos casos de Belo Monte, Teles Pires e Tapajós.

“Nós, índios Juruna da Comunidade Paquigamba nos sentimos preocupados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Porque vamos ficar sem recursos de transporte, pois aonde vivemos vamos ser prejudicados porque a água do Rio vai diminuir, assim como a caça, vai aumentar a praga de carapanã com a baixa do Rio, aumentando o número de malária, também a floresta vai sentir muito com o problema da seca e a mudança dos cursos dos rios e igarapés (...).”

Trecho de carta enviada ao MPF, Altamira, 2000

Em 15 de maio de 2001, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará ajuizou a primeira Ação Civil Pública (ACP) contra a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte em resposta a uma carta dos indígenas Juruna, que relatava a extrema preocupação do grupo com os boatos de que o governo federal estaria retomando o mega projeto de barramento do Rio Xingu na região de Altamira, PA.

Mais de 13 anos depois, a população do Xingu vive o terrível fato de que seus piores pesadelos estão se tornando uma realidade. As previsões sombrias da primeira ACP do MPF também vão se concretizando, e hoje já são 20 as ações do órgão contra inúmeras violações da legislação ambiental e dos direitos humanos de indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores e moradores das cidades impactadas pela usina, consagrados na Constituição Federal e em acordos internacionais dos quais o Brasil é parte.

Belo Monte, cujos canteiros de obra seguem se expandindo sobre o que antes era território dos povos do Xingu, se tornou um símbolo nacional e internacional dos equívocos de um desenvolvimentismo que atropela e destrói tudo em seu caminho em nome de um suposto crescimento econômico. Suposto, porque o alardeado crescimento do PIB de 4% a 5%, que embasou o Plano Decenal de Energia em 2012, morreu na praia com 2,5% em 2013, e deve ser ainda menor em 2014, de acordo com prognósticos de agências especializadas. Nesse dia 10 de dezembro, quando se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, é essencial

CONT.



que a conta dos ilícitos cometidos pelo governo federal e seus parceiros privados em Belo Monte seja reapresentada ao país. Em especial, é essencial que se tenha clareza de que grande parte deles foi documentada, analisada e denunciada à Justiça que, omissa e leniente, tem permitido que sigam impunes e se repitam e se aprofundem de novo, e de novo.

Se tomarmos apenas as últimas ACPs do MPF, iniciadas entre o final de 2012 e o presente, desfilam absurdos cometidos pelo Consórcio Norte Energia. S.A. (Nesa, liderado pelo Grupo Eletrobrás) como o não cumprimento de 40% das condicionantes do licenciamento ambiental do empreendimento; informações falsas do empreendedor ao Ibama; sub-estimação da área de alagamento na zona urbana de Altamira (Cota 100), e ausência de cadastramento dos atingidos; violações da licença ambiental e novo descumprimento de condicionantes; irregularidades do empreendedor em cumprir a obrigação de aquisição de terras para os indígenas Juruna da aldeia Boa Vista, com danos graves, desagregação e risco à sobrevivência da comunidade; impacto sobre os indígenas Xikrin, moradores do Rio Bacajá; irregularidades nas obras de reassentamento dos moradores de Altamira a serem atingidos pelos alagamentos, modificação nos projetos originais sem anuência dos atingidos, desconformidade das construções com o código de obras da cidade, e muito mais.

Várias ações obtiveram liminares favoráveis, posteriormente derrubadas sem análise do mérito através da aplicação da Suspensão de Segurança, instrumento engendrado pela ditadura militar e generosamente aplicado por presidentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A maioria das ações aguarda, engavetada, julgamento em primeira instância, e outras tantas no TRF1.

Uma ação, em especial, ajuizada pelo MPF em 2006 e que cobra do Estado o respeito à Constituição no tocante ao direito das populações indígenas de serem consultadas em casos de empreendimentos que impactem suas terras (oitivas indígenas, artigo 231 da CF), está aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal. Ainda em novembro de 2012, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre e seus aliados solicitaram à presidência do STF uma audiência sobre o caso, pedido reforçado pelo bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, em abril de 2013, e novamente apresentado ao Supremo pelo Xingu Vivo e parceiros em 4 de dezembro deste ano.

Dezenas de outras ações de agricultores, pescadores, ribeirinhos e moradores de Altamira seguem paradas na subseção judiciária da cidade, enquanto se acumulam histórias de vidas destroçadas, misérias e sofrimentos. Longe de se condoer com esta situação, para reprimir os protestos dos atingidos, bem como os dos operários da usina, o governo federal enviou para Belo Monte a Força Nacional de Segurança, que passou a agir como guarda privada dos empreendedores da hidrelétrica.

Modus operandi semelhante passou a ser adotado nos complexos hidrelétricos da bacia do Tapajós, onde está prevista a construção de três grandes usinas no Rio Tapajós, e, em seus afluentes, quatro grandes barragens no Rio Jamanxim, cinco no Rio Teles Pires, e 17 no Rio Juruena (além de mais 80 pequenas centrais hidrelétricas - PCHs), que estão em colisão direta com Terras Indígenas, territórios ribeirinhos e Unidades de Conservação.

CONT.



As ofensivas do governo federal, lideradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e a Advocacia Geral da União (AGU) que marcam os projetos da bacia do Tapajós vão na mesma direção de Belo Monte: decisões políticas sem consulta aos povos indígenas e sem análise de impactos cumulativos, violando a legislação brasileira e normas internacionais, como a Constituição e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); atropelos e pressão sobre órgãos de licenciamento (Funai, Ibama, Iphan); e repressão e tentativas de cooptação de movimentos de resistência, com especial ênfase dos indígenas Munduruku e Kayabi.

Em construção, a UHE Teles Pires, no Rio Teles Pires, foi objeto de duas ACPs do MPF que apontaram graves violações de direitos e falhas no Estudo de Componente Indígena. Em setembro deste ano o TRF1 decidiu pela paralisação das obras; porém, mais uma vez, a pedido da AGU, foi aplicada a Suspensão de Segurança pelo presidente do STF em exercício – alegando “grave ofensa à ordem econômica”, permitindo a retomada dos trabalhos, ignorando os direitos fundamentais da pessoa humana. Com isso, instaura-se uma verdadeira política da indiferença em relação aos povos e comunidades afetadas por grandes empreendimentos na Amazônia brasileira, autorizando as mais diversas violações de direitos fundamentais e ambientais.

Também no Rio Teles Pires, o setor elétrico propõe a construção da UHE São Manoel, que ficaria a poucos metros do limite da TI Kayabi. Com licenciamento suspenso temporariamente em 2011 após protestos dos indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká, o projeto foi retomado após fortes pressões da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sobre o judiciário, o Ibama e a Funai. De acordo com o (incompleto) Estudo de Componente Indígena, os impactos da usina sobre os indígenas são tão graves que a tornam inviável, posição sustentada pela Funai até novembro deste ano. Estranhamente, sem resolver os problemas apontados por seus técnicos, no dia 27 daquele mês a presidência da Funai mudou de posição através de um ofício ambíguo ao Ibama, e, dois dias depois, saiu a Licença Prévia (LP) do projeto para que fosse a leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) neste próximo dia 13.

Já no Rio Tapajós, o governo armou nova operação de guerra para viabilizar os estudos das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Assim como em Belo Monte, mandou para a região seu braço armado, a Força Nacional de Segurança, para controlar a resistência dos Munduruku, que não aceitam o projeto sobre o qual nunca foram consultados e que afeta diretamente seus territórios e modos de vida.

Paralelamente, o governo federal diminui inconstitucionalmente, por Medida Provisória, mais de 75 mil hectares de cinco Unidades de Conservação para possibilitar a construção das usinas de São Luis do Tapajós e Jatobá. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Procuradoria Geral da República referente a estes crimes permanece, desde fevereiro de 2012, sem apreciação da Justiça no STF.

Cabe ressaltar, por fim, que a construção de hidrelétricas na Amazônia só tem sido possível graças aos generosos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros bancos públicos, que utilizam o dinheiro dos contribuintes brasileiros, sem um mínimo de transparência sobre critérios de análise de riscos e da viabilidade

CONT.



socioambiental e econômica de projetos, e na ausência de mecanismos efetivos para garantir o respeito aos direitos das populações afetadas e outras obrigações de responsabilidade socioambiental dos empreendedores, contando com a baixa aplicação de sanções pelo Ibama.

Demandas

Considerando as graves violações dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana e das ameaças às instituições democráticas, de forma que nos faz reviver o período sombrio da ditadura militar, conclamamos à toda sociedade a se juntar a nós e exigir JUSTIÇA JÁ para os atingidos e ameaçados por Belo Monte e pelos projetos da bacia do Tapajós. Exigimos:

- * Que todas as instâncias da Justiça cumpram seu papel e julguem, com celeridade e idoneidade, o mérito de todas as ações relativas ao projetos hidrelétricos na Amazônia, extirpando e sanando os descumprimentos da Constituição, da legislação ambiental e da Convenção 169 da OIT;
- * Especificamente em relação a Belo Monte, que o STF julgue o mérito da ACP sobre as oitivas indígenas e garanta seu direito constitucional de consulta pelo Congresso Nacional;
- * O mesmo deve se aplicar aos projetos hidrelétricos nos rios Tapajós, Teles Pires e Juruena: que os indígenas sejam consultados, com poder de veto, sobre a construção ou não das hidrelétricas planejadas;
- * Em relação à UHE São Manoel, que a usina seja retirada do leilão de energia A-5 de 13 de dezembro de 2013 e o processo de licenciamento seja cancelado até o julgamento das ações do MPF. E, em especial, que nenhuma ação para implantação das usinas seja feita antes da realização da consulta aos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká;
- * Em relação à UHE Teles Pires, que seja derrubada pelo Supremo a Suspensão de Segurança do presidente em exercício que permitiu a retomada das obras;
- * Que o STF julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4717 sobre a desafetação ilegal das Unidades de Conservação da bacia do Tapajós;
- * Que seja erradicada definitivamente do arcabouço legal do país a legislação sobre a Suspensão de Segurança;
- * Que seja decretada uma moratória no licenciamento e na construção de barragens na região amazônica até a realização de estudos sobre impactos cumulativos em nível de bacia hidrográfica e dos processos de consulta livre, prévia, consentida e informada, conforme a Constituição Brasileira e a Convenção 169 da OIT.

BELO MONTE, JUSTIÇA JÁ! TELES PIRES JUSTIÇA JÁ! TAPAJÓS JUSTIÇA JÁ!

Altamira, Santarém e Alta Floresta, 10 de dezembro de 2013

Mandetta prevê acirramento dos ânimos no campo e defende novo pacto indígena
SÍTIO RÁDIO DIFUSORA 1250, 11.12.2013



O Deputado Luiz Henrique Mandetta criticou a instalação da comissão especial que vai analisar a proposta de emenda à Constituição, que submete as demarcações de terras indígenas à aprovação do Congresso. "Vai apenas acirrar os ânimos entre proprietários rurais e indígenas e não vai resolver o problema, pois só aprofundará a discussão", disse o deputado. A instalação da comissão foi determinada hoje pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

Mandetta (DEM-MS) participou ontem (10) de reunião dos deputados da frente parlamentar da agropecuária, que contou com a presença dos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams. "O congresso vai passar a ser um árbitro sistemático de desapropriações não onerosas, tendo que optar entre o direito de propriedade ou o direito das nações indígenas. Isto me parece um caminho que só vai aumentar o tempo de discussão, o tempo de conflito e o tempo de discórdia", assinalou o parlamentar.

Na parte da manhã, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o presidente da Câmara, Henrique Alves, apoiaram a proposta apresentada por Mandetta para um novo pacto indígena para o século XXI, onde estejam contempladas as questões do marco temporal, da indenização, do reconhecimento de áreas entropizadas e também os pontos convergentes entre as duas partes.

Mandetta lembrou que, desde quando se tentou fazer a tentativa de reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia, mais de 40 fazendas já foram invadidas. Ele voltou a observar que a situação é de muita tensão e está causando prejuízos ao estado. O parlamentar observou ainda a necessidade de uma linguagem mais linear entre os membros do Ministério Público. "Algumas atitudes asfixiam economicamente todo o município", lembrou ao apontar recomendação distribuída por um promotor de justiça para que as instituições financeiras não abram crédito para nenhum produtor rural em área de conflito.



Casa de saúde indígena em MS sofre com falta de infraestrutura

SÍTIO MS HOJE, 11.12.2013



A Casa de Apoio à Saúde Indígena, em Dourados (MS), está em situação precária. Reportagem do Bom Dia MS desta terça-feira (10) mostrou que, além de problemas na infraestrutura do prédio, o número de leitos foi reduzido em 34%. Infiltrações nas paredes, colchões velhos sem lençóis, móveis estragados, quartos e corredores sem iluminação são alguns dos problemas.

No local, são atendidos indígenas de várias

cidades da região sul do estado que precisam de atendimento de média e alta complexidade. Esses pacientes são encaminhados para hospitais do município.

O presidente do Conselho de Saúde Indígena de Dourados, Sílvio Ortiz, afirma que, na casa, faltam materiais de limpeza, alimentos e materiais de higiene pessoal.

A Casa de Apoio à Saúde Indígena de Dourados foi fundada há oito anos. No local, trabalham 31 pessoas. A instituição tem sete quartos com capacidade para receber até 30 leitos a, hoje, atende cerca de 250 índios.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando Souza, afirma que, no local, havia 29 leitos, mas dez deles foram desativados este ano, alguns por falta de colchões.

Ainda de acordo com Souza, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) teria assumido, na semana passada, o compromisso de enviar, nos próximos 30 dias, uma comissão avaliadora para verificar quais são os problemas na casa de apoio.



CNA lança site sobre origem e conflitos de terras indígenas

SÍTIO AGRONOTÍCIAS, 11.12.2013

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou o hotsite Terras do Brasil para mostrar a origem dos conflitos pela demarcação de novas terras indígenas do País, o que dispõe a nossa legislação e a jurisprudência estabelecida pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), as responsabilidades da Fundação Nacional do Índio (Funai) na questão e os impactos econômicos e sociais gerados sobre as áreas produtivas do País.

“Direito de propriedade, direito de todos os brasileiros” diz o novo site, que quantifica o conflito: enquanto 499,7 mil índios ocupam 110,9 milhões de hectares, 10,1 milhões de produtores rurais utilizam 236 milhões de hectares para produzir alimentos, o que representa 135,2 hectares per capita nas áreas indígenas e 23,4 hectares per capita nas áreas rurais.

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, lembra que as terras indígenas no Brasil são aquelas existentes e ocupadas até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Carta Magna, que também estipulou prazo de cinco anos a partir de então para identificar as terras indígenas no País. Entretanto, nos 25 anos de Constituição, o número de terras indígenas aumentou 588%. “Isso foi totalmente desrespeitado e hoje temos 13% do nosso território ocupado por terras indígenas”, afirmou.

Regiões atingidas

O novo site mostra, ainda, as regiões mais atingidas pelos conflitos, especialmente o Cerrado, no Centro-Oeste, o grande celeiro do Brasil, onde existem 17,6 milhões de hectares de terras indígenas e 105,4 milhões de hectares ocupados por produção agropecuária. É nesta região que a Funai está criando e ampliando áreas, atingindo propriedades tituladas, tanto de pequenos quanto de grandes produtores. O quadro mais grave está no Mato Grosso do Sul, atingido por 80 invasões indígenas, em 22 municípios, fomentadas por Ongs internacionais, entidades religiosas e pela própria Funai, que lidera as demarcações de terras.

O desrespeito aos preceitos legais agrava o quadro de insegurança jurídica no campo. Terras do Brasil mostra o histórico da questão e as mudanças que ocorreram na condução oficial do assunto ao longo do tempo. Registra, ainda, o início do conflito, com a Constituição de 1988, que passou a considerar propriedade da União as terras identificadas como indígenas e nulos os títulos de propriedade já existentes sobre elas. A nova Carta também designou o poder Executivo como responsável pela identificação das terras indígenas. Por meio de decretos, foi instituído um processo administrativo de identificação dessas áreas, delegado à Funai.

Portaria do Governo

Muitos produtores têm títulos legítimos de terra que remetem ao século XIX, mas esses documentos são postos em xeque por diferentes políticas consideradas altamente

CONT.



questionáveis pela CNA. Recentemente, o Governo enviou para discussão com o setor proposta de portaria regulamentando o funcionamento de um grupo de trabalho que ficará responsável pela gestão das demarcações. Assim, a Funai deixa de ser a única autoridade a definir critérios para a criação ou ampliação de áreas indígenas, passando a dividir essa responsabilidade com os Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e das Cidades, e da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa). Caberia ao grupo analisar todos os casos, fiscalizar a atuação da Funai e dar maior transparência aos laudos antropológicos.

“Não é admissível que a Funai demarque sozinha qualquer área pretendida”, afirma a presidente da CNA. Para a senadora Kátia Abreu, governadores e prefeitos devem se amparar nas condicionantes 17 e 19 da Pet. 3.388/RR, do STF, referente ao julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), reafirmadas na Portaria 303/2012 da Advocacia Geral da União (AGU). “A legislação é clara. O Supremo defende a participação dos entes federados no procedimento de demarcação e deixa claro que área demarcada não pode ser ampliada”, enfatizou.

Análises técnicas da CNA indicam, no entanto, que a portaria proposta pelo Governo ainda é insuficiente para garantir a necessária transparência aos novos processos de demarcação. A entidade sugeriu uma série de alterações ao texto legal e aguarda acolhimento pelo Ministério da Justiça.

Ações necessárias

Os conflitos promovidos pelas demarcações da Funai podem causar prejuízos irreparáveis às diversas regiões produtoras do Brasil. Quem acessar o novo hotsite da CNA também poderá verificar o que os produtores rurais defendem para solucionar a questão e devolver a paz ao campo:

- Imediata suspensão dos processos de demarcação das terras indígenas;
- inclusão de outros órgãos, além da Funai, na análise dos processos;
- revalidação da Portaria da AGU 303/2012, que determina aos órgãos da administração pública federal o cumprimento das 19 condicionantes do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol;
- indenização das terras nuas tomadas dos produtores rurais legalmente titulados – para serem destinadas aos índios – e não somente das benfeitorias;
- uso dos 40% do território nacional pertencentes à União para criar e ampliar áreas indígenas, em vez dos 27,7% de área de produção agropecuária, com imensos prejuízos sociais e econômicos ao País;
- regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- aprovação do PLS nº 349/2003, da senadora Kátia Abreu, para coibir o esbulho, a turbacão e a invasão motivados por conflitos agrário ou fundiário; e
- aprovação da PEC 215/2000 que estabelece competência exclusiva do Congresso Nacional para aprovação de demarcação das terras indígenas.

Fonte: Assessoria



Governo é contra a PEC da demarcação de terras indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 11.12.2013

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposta precisa ser analisada em comissão especial antes de ser votada pelo Plenário

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, veio ontem à Câmara e reforçou a posição do governo contrária à proposta de emenda à Constituição que submete ao Congresso a demarcação de terras indígenas (PEC 215/00).

Cardozo, em companhia do advogado-geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, participou de reunião sobre o assunto com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves. O encontro também teve a participação da bancada da agropecuária.

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em março de 2012, a proposta precisa ser analisada em comissão especial antes de ser votada pelo Plenário. A comissão foi criada em abril e constituída em setembro.

A polêmica sobre a matéria, no entanto, fez o presidente Henrique Eduardo Alves adiar a instalação da comissão para ampliar o diálogo sobre o tema. A comissão deveria ser instalada ontem, mas foi adiada e ainda não tem nova data para instalação.

Ministro diz que é inconstitucional

Assim como em outras vezes em que veio à Câmara para tratar do assunto, o ministro José Eduardo Cardozo disse que o governo considera a proposta inconstitucional.

"A Câmara é soberana e decidirá sobre isso", ressaltou o ministro. "A posição do governo é muito clara: contrária à PEC 215/00. Defendemos o aperfeiçoamento dos processos de demarcação, mas não achamos que essa PEC soluciona o problema. Ao contrário, nos parece que ela agrava ainda mais a situação do País".

Cardozo informou que, para o Executivo, qualquer mudança nas regras de demarcação deve ser pactuada entre todas as partes. O ministro lembrou que está em consulta pública uma minuta de portaria prevendo novos procedimentos para a demarcação.

Diálogo e conflitos

O coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), disse que o setor produtivo está em diálogo com o governo sobre a portaria.

Mas, segundo ele, os conflitos motivados pelas demarcações de terras indígenas exigem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

também mudanças na Constituição e a aprovação da regulamentação (do parágrafo sexto) do artigo 231 da Constituição Federal.

“Queremos fazer essa discussão, que é extremamente importante pelos conflitos latentes em todo o Brasil. Precisamos de uma definição. É um assunto legislativo, quem tem que resolver é aqui”, ressaltou Heinze. “Estamos também discutindo com eles a portaria, porque temos que cessar esse problema em todo o Brasil”.

A frente parlamentar da agropecuária, segundo Heinze, também defende a volta da portaria da Advocacia-Geral da União (Portaria 303/12) que estabelece condicionantes para a demarcação de terras indígenas no País.



Constituição não é clara sobre demarcação de terras indígenas, diz deputado
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 11.12.2013

Em debate da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural sobre as demarcações de terras indígenas no País, parlamentares defenderam, há pouco, a Proposta de Emenda à Constituição que submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação (PEC 215/00). A comissão especial para analisar a proposta foi instalada ontem à Câmara, em meio a protestos de indígenas.

O seminário, proposto pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), presidente da Frente Parlamentar de Agricultura, reúne produtores rurais de todo o País contra as demarcações de terras indígenas no País.

Para o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), a Constituição está sendo atualmente interpretada erroneamente, no caso da demarcação de terras indígenas. "A demarcação foi regulamentada pelo Decreto-lei 1.775/96, e não por um projeto de lei complementar", destacou. "Isso permite às pessoas se auto-declararem indígenas e, assim, irem atrás de terras", completou. "Se a Constituição não está clara, vamos mudar a Constituição e deixar claro o que é terra indígena e o que não é; cabe ao Congresso fazer isso", afirmou. Para ele, só deve ser considerada terra indígena aquela onde havia índios em 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Colatto lembrou que, no caso de emendas constitucionais, é o Congresso que aprova e sanciona. Portanto, na sua visão, isso não é assunto de governo. Ontem, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, manifestou a posição contrária do governo à proposta, por considerá-la inconstitucional. O parlamentar também conclamou os agricultores a lutar pelo seu direito de propriedade, garantido pela Constituição.

Mobilização de agricultores

O deputado Giovani Cherini (PDT-RS) disse que os produtores rurais têm que se mobilizar permanentemente pelos seus direitos, no Congresso e em órgãos do Executivo e Judiciário, como fazem os índios. "Todo mundo aqui tem medo de índios, que invadem o Plenário da Câmara, invadem o Palácio do Planalto, e eles têm que ter medo de nós também", afirmou. Segundo ele, o índio também é uma vítima: "Ele recebe sua terra, e isso não resolve seu problema", salientou.

O deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) também destacou que os índios são abandonados pelo Poder Público após a demarcação de suas terras. Segundo ele, isso aconteceu na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. "Os agricultores têm que reagir e lutar por suas terras, porque o governo é contra nós", opinou.

Os parlamentares reclamaram também que os indígenas teriam passagens e hospedagem pagas pela Funai para vir a Brasília reclamar por seus direitos.



Boletim de Notícias - Edição nº 225 / 2013

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

O debate ocorre neste momento no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Daniella Cronemberger



Justiça suspende leilão de hidrelétrica marcado para sexta-feira

SÍTIO NE10, 11.12.2013

A Justiça Federal em Mato Grosso determinou a suspensão do leilão da Usina Hidrelétrica São Manoel, marcado para a próxima sexta-feira (13), até que seja julgado o mérito sobre a anulação da licença prévia expedida para o empreendimento. Na decisão, o juiz Ilan Presser, da Primeira Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, fixou multa de R\$ 500 mil em caso de descumprimento da liminar, que deve ser cumprida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A ação cautelar, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), pede que o leilão seja suspenso até que seja julgado o mérito pela nulidade da licença prévia da usina. Segundo o MPF, o empreendimento terá impacto na vida dos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká. Além disso, o Estudo do Componente Indígena (ECI) feito para a usina, que é necessário para a obtenção da licença, estaria incompleto.

De acordo com o juiz Ilan Presser, a decisão não tem como objetivo substituir a vontade do governo nas escolhas da matriz energética do país ou na conveniência de realizar os leilões com celeridade, mas apenas de “resguardar interesses legítimos, tanto dos povos indígenas quanto dos investidores que almejam participar do leilão”.

Ele também ressalta a importância econômica, ambiental e sociocultural do Rio Teles Pires para toda a região onde se localiza a obra, principalmente para as populações indígenas diretamente afetadas pela instalação da Usina Hidrelétrica São Manoel.

“Seria temerário, no estado em que o ECI se encontra, prosseguir na realização do leilão, já que se corre o risco de, posteriormente, serem declarados nulos os atos de licença prévia e o leilão realizado, com vilipêndio ao princípio da segurança jurídica para todas as partes interessadas”, disse o juiz, em sua decisão.

A Hidrelétrica São Manoel, prevista para ser construída no Rio Teles Pires, em Mato Grosso, terá potência de 700 megawatts. A licitação deveria ocorrer durante o 2º Leilão de Energia A-5/2013, que será realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcado para sexta-feira.

Fonte: Agência Brasil



Senar/MS e Pronatec estimam aumento de cursos em 300%

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 11.12.2013

As capacitações realizadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MS - Sistema Famasul) por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) crescerão cerca de 300% no próximo ano, passando de 90 cursos em 2013 para 260 em 2014. A informação foi divulgada pelo diretor técnico da instituição, Rogério Beretta, após sua participação no Encontro Nacional promovido pelo Ministério da Educação, que reuniu 60 representantes das administrações regionais do Senar, de todas unidades federativas para definição das vagas e demandas de cada estado.

O Senar/MS aderiu ao Pronatec em 2011, formando 30 turmas. O número de capacitações foi triplicado em 2013 e 90 turmas foram qualificadas em Mato Grosso do Sul, com o diferencial direcionado à capacitação das comunidades indígenas do Estado. "A atuação do Senar em 2013 foi extremamente positiva e além de direcionarmos capacitações para as comunidades indígenas, tivemos a preocupação de formar instrutores indígenas, garantindo a proximidade com a cultura e a realidade das comunidades", afirma Beretta.

O diretor destaca ainda que para 2014 a instituição tem a meta de ampliar as áreas de atuação, número de turmas capacitadas e instrutores, com o objetivo de suprir as demandas de qualificação de mão de obra. Todas as Unidades do Senar no Brasil devem aumentar em 2014 a oferta de vagas para capacitação via Pronatec de 45 mil , que foram disponibilizados em 2013, para mais de 60 mil no próximo ano.



Comunidades quilombolas são beneficiadas com cursos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 11.12.2013

Cursos de informática avançada e beneficiamento de frutas serão concluídos no próximo dia 16

Famílias de três comunidades de descendentes de quilombos na Paraíba estão sendo beneficiadas com cursos de informática avançada e beneficiamento de frutas. Os cursos serão concluídos no dia 16 deste mês e têm o objetivo de oferecer alternativas de geração de renda para os quilombolas de Bonfim, no município de Areia, na região do Brejo, de Mituaçu, em Conde, na Zona da Mata, e Matão, no município de Mogéiro, no Agreste.

Segundo Jonas Marques, o presidente da Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção (Coonap), uma das entidades que prestam assistência técnica em assentamentos do Incra/PB, essa é a primeira vez que moradores de comunidades quilombolas estão sendo beneficiados com cursos profissionalizantes.

Os cursos são realizados a partir de uma parceria entre a Coonap e o Planteq (Plano Territorial de Qualificação), programa do governo federal. A iniciativa também conta com o apoio do governo do estado, Incra/PB e das prefeituras onde os cursos são realizados.

Exposição

Os alunos do curso de beneficiamento de frutas, que está sendo realizado na associação da comunidade Quilombola Bonfim, em Areia, expuseram e comercializaram os produtos feitos por eles, a exemplo de doces, polpas e bolos, sábado (7), durante a inauguração de uma cozinha comunitária e de um aviário, implantados pelo governo da Paraíba.

Os alunos aprenderam a beneficiar as frutas, principalmente as produzidas em maior quantidade na região, a exemplo de banana, caju, goiaba e jaca. Eles irão comercializar a produção, que recebeu o nome de "Doces da Comunidade Quilombola do Bonfim", através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), para a prefeitura de Areia para a merenda escolar.

Segundo o superintendente do Incra/PB, Cleofas Caju, além da alegria de ser beneficiada com cursos profissionalizantes, uma das comunidades, a Matão, está comemorando o decreto de Interesse Social para fins de desapropriação assinado pela presidente da república, Dilma Rousseff, e publicado no Diário Oficial da União de sexta-feira (6). "Esses cursos são grandes promotores de geração de renda nos assentamentos, principalmente porque as famílias encontram mercado certo através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Pnae", disse Caju.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Escola quilombola tem merenda boa

SÍTIO JORNAL FATO, 11.12.2013

A Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim recebeu esta semana, em Brasília, o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar 2013, na categoria “Merenda Indígena e/ou Quilombola”.

Foi analisada a qualidade do cardápio oferecido aos alunos da escola municipal de Monte Alegre, comunidade remanescente de quilombo, localizada no distrito de Pacotuba.

Os 101 estudantes matriculados na escola, que atende turmas de educação infantil e ensino fundamental, recebem duas refeições balanceadas por dia. Parte dos alimentos a Prefeitura compra dos agricultores familiares da própria comunidade.

São hortaliças, alimentos típicos da região e até biscoitos caseiros da agroindústria local, inaugurada em 2012, fruto de parceria entre o município e o governo do Estado.

“Desde 2009, temos garantido itens da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar. Esse trabalho contribuiu para a evolução na qualidade da alimentação oferecida aos alunos da rede municipal, além de ajudar na geração de renda para o homem do campo. A conquista desse prêmio vem coroar essa ação e torna-se ainda mais especial pelo foco na comunidade quilombola”, comemora o prefeito Carlos Casteglione, que participou da premiação, realizada no auditório do Conselho Federal de Contabilidade.

As comunidades quilombolas são consideradas vulneráveis do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional. Por isso, alunos de escolas em áreas remanescentes de quilombos recebem recurso per capita maior e precisam ter, no mínimo, 30% de suas necessidades nutricionais diárias supridas pela alimentação escolar.



Setur e IABS realizam oficinas em municípios ribeirinhos

SÍTIO 4 CANTOS ALAGOAS, 11.12.2013

A Secretaria de Estado do Turismo (Setur) e o Instituto Ambiental Brasil Sustentável (Iabs) realizam, nos dias 12 e 13 deste mês, as oficinas "Inventariação e Análise das Ofertas Turísticas da Região" e "Programa de Apoio Específico para a Formatação de Redes Empresariais na Cadeia Produtiva do Turismo".

O intuito é promover os municípios de Piranhas e Penedo como roteiros turísticos e dar continuidade às atividades do Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco.

O Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco é um programa realizado pela cooperação entre Brasil-Espanha através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Agência Brasileira de Cooperação e Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplande), e integra as ações do "Alagoas Tem Pressa!".